

O MATERIALISMO HISTÓRICO

**SANDRA M. M. SIQUEIRA
FRANCISCO PEREIRA**



SANDRA M. M. SIQUEIRA

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) e Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA)

FRANCISCO PEREIRA

Professor e Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA)

O MATERIALISMO HISTÓRICO

Salvador-BA, 2019

**Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas
(LeMarx/FACED/UFBA)**
Título: *O Materialismo Histórico*
Autores: Sandra M. M. Siqueira e Francisco Pereira
LeMarx/FACED/UFBA
Salvador, novembro de 2019.
Capa: Dielson Costa

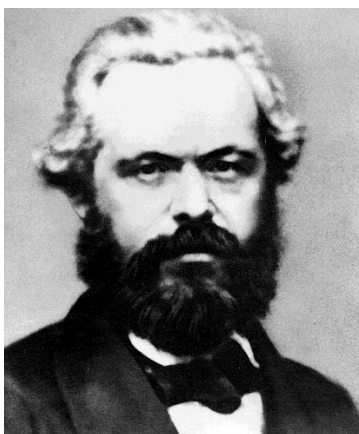
Em homenagem à Friedrich Engels, fundador do socialismo científico, junto com Marx, e grande combatente da causa do proletariado.

Dando-se conta de que o antigo materialismo era inconsequente, incompleto e unilateral, Marx conclui que era necessário “por a ciência da sociedade de acordo (...) com a base materialista, e reconstruir esta ciência apoiando-se nesta base”. Se, de um modo geral, o materialismo explica a consciência pelo ser e não o inverso, esta doutrina, aplicada à sociedade humana, exigia que se explicasse a consciência *social* pelo ser *social*. (V. I. Lênin, *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*).

SUMÁRIO

1. Apresentação	08
2. O Materialismo Histórico	10
2.1. Observação inicial	10
2.2. As formas de consciência são condicionadas e explicadas pelo ser social	12
2.3. O ser humano é um ser ativo, é condicionado pelas relações sociais e as transforma	26
2.4. As condições materiais de produção são a base da sociedade, das formas de consciência sociais e da superestrutura jurídico-política	32
2.5. As formações sociais são transitórias: a transformação dos modos de produção	46
2.6. A luta de classes como o motor da história	56
2.7. A literatura sobre o Materialismo Histórico e dialético após Marx e Engels	61
3. Conclusões	65
4. Bibliografia	67

Criadores do Materialismo Histórico



Karl Marx (1818-1883)



Friedrich Engels (1820-1895)

1. Apresentação

O presente texto, elaborado pelos militantes e professores Sandra M. M. Siqueira e Francisco Pereira, do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX-UFBA), foi redigido originalmente para compor o Caderno LEMARX n. 2, que teve como título *Marx/Engels: O Materialismo Histórico*. Depois foi aproveitado como parte do Manual 1 da Formação Marxista, realizada pelo LEMARX no segundo semestre de 2019.

Na apresentação que fizemos do texto original, dissemos basicamente o seguinte:

“Seguimos o desenvolvimento da teoria marxista, desta vez, analisando os passos dados pelos fundadores do marxismo no século XIX para elaborar a concepção materialista da história, rompendo com as suas concepções filosóficas idealistas iniciais e colocando as bases de uma nova concepção de história e de sociedade, que se tornou um verdadeiro guia de compreensão dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais do passado e do presente.

A primeira síntese mais ampla e sistemática do Materialismo Histórico veio a lume com os manuscritos de A Ideologia Alemã, de 1845-1846, que, inacabada, restou não publicada em vida por Marx e Engels. Como afirmou Marx no Prefácio a Para a Crítica da Economia Política (1859), a publicação dos manuscritos de A Ideologia Alemã ficou impossibilitada por circunstâncias adversas, sendo abandonados pelos autores à crítica roedora dos ratos, tanto mais que já haviam cumprido o objetivo de esclarecer as suas posições teórico-políticas. Mesmo assim, os manuscritos foram encontrados e publicados à integra em 1932, pelo Instituto Marx-Engels, na ex-União Soviética (URSS).

Essa nova concepção de história e de sociedade, cujos embriões se encontram nas obras de final de 1843 a 1845, que se plasmou em A Sagrada Família (1845) e Teses sobre Feuerbach (1845) e que teve a sua síntese mais ampla em A Ideologia Alemã, foi desenvolvida nas obras seguintes, como A Miséria da Filosofia (1847) e O Manifesto do Partido Comunista (1848).

Nas décadas seguintes, até a morte dos fundadores do marxismo, essa concepção foi aprofundada e aplicada à análise da origem, desenvolvimento e

contradições do capitalismo e às condições objetivas e subjetivas de sua superação. Teve em O Capital (1867) a sua maior expressão teórica.

Procuramos analisar algumas teses:

- 1) o Materialismo Histórico é resultado de um processo de avanço do conhecimento teórico-político de Marx e Engels e das experiências de organização e luta do proletariado, movimento a qual os fundadores do socialismo científico se integraram até o final de suas vidas;*
- 2) Essa nova concepção é resultado da fusão entre o materialismo filosófico e a dialética, numa nova síntese aplicada à análise dos processos históricos e da sociedade burguesa;*
- 3) O Materialismo Histórico, apesar de se apoiar no desenvolvimento científico-filosófico anterior, incorporando os conhecimentos acumulados pela humanidade, rompe com as concepções idealistas da história e da sociedade;*
- 4) Marx e Engels não desejam chegar a leis eternas e imutáveis, mas a uma concepção que, partindo da materialidade histórica e social, coloca-se como um guia para a compreensão dos processos históricos e da sociedade capitalista atual, tendo em vista a sua transformação”.*

Publicamos o texto de acordo com o original, sem qualquer modificação. Esperamos que sirva de incentivo ao estudo do tema do Materialismo Histórico e que estimule também a militância da juventude e dos trabalhadores em suas organizações e movimentos.

Salvador, novembro de 2019.

Comissão Editorial do LEMARX.

2. O Materialismo Histórico

2.1. Observação inicial

O objetivo principal da presente exposição é compreender a Concepção Materialista da História, pelo menos em seus aspectos mais gerais, ficando os seus aspectos específicos e os desdobramentos posteriores para outro momento, quando tivermos analisando a sociedade capitalista, a superestrutura jurídico-política (Estado, instituições, partidos etc.) e as formas de consciência social correspondentes a essa formação social historicamente determinada (filosofia, ciência, arte, direito, religião).¹

A síntese dessa nova concepção de história e de sociedade está exposta em sua forma mais sistemática em *A Ideologia Alemã* (1845-1846), como dissemos, mas, no decorrer da exposição de suas teses, recorreremos a elementos imediatamente anteriores a esta obra de Marx e Engels – os chamados elementos embrionários -, bem como às obras posteriores, nas

¹ Para além das obras de Marx e Engels citadas neste ponto, sobre o Materialismo Histórico cf. também: PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1989; MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann, 2013; *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977; LÊNIN, V.I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979; *Cadernos Filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018; *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982; *Sobre o significado do materialismo militante*. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011; TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011; *O ABC do materialismo dialético*. In: *Política*. São Paulo: Ática, 1981; *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; *O marxismo de nossa época*. In: TROTSKY, Leon. *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008; *Questões do modo de vida*. São Paulo: Sundermann, 2009; *Trotsky e Darwin. Escritos de Trotski sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. Brasília: Editora Kiron, 2012; BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de Materialismo Histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d; RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984; GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; LUKÁCS, Georg. *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010; *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974; *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012; KORCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008; BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo: Mandacaru, 1974; MACLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990; *As ideias de Engels*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977; LAPINE, Nicolai. *O jovem Marx*. Lisboa: Caminho, 1983; CORNU, Auguste. *Carlos Marx; Federico Engels: del idealismo al materialismo historico*. Buenos Aires: Editoriales Platina, 1965.

quais os fundadores do marxismo desenvolvem, em diversos aspectos, o Materialismo Histórico e aplicam o método da dialética materialista à realidade do capitalismo e da luta de classes do proletariado.

Lembramos que Marx, no *Prefácio a Para a crítica da economia política* (1859), falando da sua trajetória até a elaboração da concepção materialista da história, a propósito de *A Ideologia Alemã*, disse que ele e Engels, uma vez chegando a resultados teóricos e políticos comuns, decidiram:

elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes *in-octavo*, já havia chegado há muito tempo à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quando já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo.²

Marx está falando evidentemente dos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, que acabaram sendo resgatado entre os diversos manuscritos deixados por Marx, sendo publicados apenas no século XX, na Rússia soviética, em 1932, pelo Instituto Marx-Engels. Junto com outros textos publicados apenas no século XX, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1932) e os *Grundrisse*, cuja primeira edição completa data de 1853, na Alemanha, jogou luzes sobre o caminho percorrido por Marx e Engels para a crítica da filosofia idealista de Hegel e dos jovens hegelianos, do materialismo humanista de Feuerbach e o processo de elaboração do Materialismo Histórico.

Portanto, para se compreender o Materialismo Histórico em todas a sua complexidade, é preciso analisar o conjunto da obra de Marx e Engels e cotejar as obras de síntese, escritas entre 1845 e 1848, com toda a produção teórica posterior, nas quais, por exemplo, Engels retorna à questão da dialética e do materialismo, e elabora sínteses igualmente importantes como em *Anti-Dühring* (1877) – e seu resumo mais popular em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880) -, além de *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886), também de Engels.

² MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 26.

Não podemos também esquecer toda a produção teórica de Marx dos anos 1860 até sua morte, em 1883. O que inclui os trabalhos econômicos, como *Para a crítica da economia política* (1859), junto com sua *Introdução e Prefácio*, além da sua obra magna, *O Capital* (1867). Fora isso, é preciso também analisar firmemente as pesquisas de Marx sobre as sociedades primitivas e as demais formações sociais pré-capitalistas, nos *Grundrisse* (1857-1858), além de seus estudos sobre a Rússia e os esboços de resposta à Vera Zasulich, datado de 1881. Passemos às principais teses dessa concepção de história e de sociedade.

2.2. As formas de consciência são condicionadas e explicadas pelo ser social

A primeira tese central da concepção materialista da história consiste em que as formas de consciência sociais são determinadas e explicadas pelo ser social.

Como dissemos nos pontos sobre a dialética e o desenvolvimento do pensamento filosófico, até o começa da década de 1840, Marx e Engels eram hegelianos e, portanto, adeptos da filosofia idealista do grande filósofo alemão, G. W. F. Hegel. Seus primeiros escritos estão profundamente influenciados pelas teses defendidas por Hegel.

Entretanto, por intermédio da filosofia materialista de Ludwig Feuerbach e das experiências pessoais de ambos com problemas sociais, econômicos e políticos, Marx e Engels chegaram à concepção materialista de mundo, a qual, em síntese, procura compreender a realidade (natureza e sociedade) a partir dela mesma, por elementos imanentes e contraditórios, sem a necessidade de recorrer a quaisquer outros elementos externos produzidos pelas cabeças dos indivíduos como, por exemplo, a uma suposta “natureza humana abstrata”, a “princípios gerais a-históricos”, a uma “providência divina”, ao “espírito absoluto” etc., como muitos dos pensadores do passado o fizeram.

Esta tese se opõe frontalmente a todas as concepções idealistas de história e de sociedade produzidas ao longo da história do pensamento filosófico. Desde a Antiguidade, vimos que a investigação filosófico-científica se dividiu fundamentalmente – mas não exclusivamente -, em duas correntes

principais: o materialismo e o idealismo filosófico. Já explicamos anteriormente o sentido e o alcance de cada uma dessas correntes de pensamento.

Tanto os filósofos idealistas quanto os materialistas deram grandes contribuições ao avanço das ideias sobre a natureza, a sociedade, a história e os indivíduos, bem como expuseram em suas obras elementos sociais, políticos, econômicos e culturais sobre as épocas em que viveram e atuaram. Cada um deles, a partir de sua própria perspectiva filosófica geral.

No entanto, é preciso realçar aqui que é parte da filosofia idealista de mundo, de história e de sociedade elaborar a partir do pensamento especulativo princípios abstratos, formas ideais ou modelos de sociedade, relações sociais, comportamentos, regras e instituições com base nos quais procura-se analisar a sociedade efetivamente existente ou moldar os comportamentos dos indivíduos, de modo a encaixar a sociabilidade real, concreta, em um modelo ideal abstratamente produzido, previamente criado pela especulação teórica.

A tese central do idealismo filosófico é, em todas as suas formas de manifestação, a de que as ideias, o conhecimento, o espírito ou a consciência determinam e explicam o mundo (natureza, sociedade). Nesse sentido, cada época histórica é expressão, para o idealismo, de um conjunto de princípios, ideais, valores ou preconceitos, quando não da vontade de um ser supraterrâneo, ou seja, de uma divindade, como nas concepções teológicas.

Essa forma idealista de conceber a relação entre a consciência (as ideais, o conhecimento) e a realidade material (natureza, sociedade) não escapou à pena de pensadores idealistas na Antiguidade Greco-romana, na Idade Média e, ainda persiste na sociedade capitalista moderna, mesmo com todo o impulso do desenvolvimento científico nas ciências naturais e sociais, desde o século XVI até o século XXI.

Era assim, por exemplo, que Platão encarava a relação entre o mundo das ideais (imutáveis, puras) e o mundo da matéria (a realidade mutável e perecível). Na sua obra *A República*, como sabemos, procurou moldar uma forma de sociedade ideal, preservando, essencialmente, as características da sociedade escravista antiga, mas reformada a partir da sua concepção idealista de mundo.

Não foi diferente a forma como os filósofos escolásticos (Agostinho, Tomás de Aquino) estabeleceram a relação entre o mundo existente (natureza e sociedade) e os desígnios da providência divina, expressos nas escrituras sagradas e nos dogmas da Igreja, justificando ideologicamente as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do medievo. Plekhanov, numa conferência sobre *Da filosofia da História*, realizada em 1901, em Genebra, argumenta a respeito da concepção teológica de mundo e de história:

Que é a filosofia ou concepção teológica da História? É esta a concepção mais primitiva e está intimamente ligada aos primeiros esforços feitos pelo pensamento humano para explicar o mundo exterior. (...) Em sociedades por vezes bastante civilizadas era admitido que se explicasse o movimento histórico da humanidade como manifestação da vontade de uma ou de muitas divindades. Essa explicação da História pela ação da divindade é o que chamamos de concepção teológica da História”.³

No século XVI começa a grande revolução científica. A concepção idealista de mundo, em particular da natureza, e os dogmas da Igreja passam a ser questionados. Pensadores como Copérnico, Bruno, Kepler, Galileu e Newton despontam como verdadeiros impulsionadores do conhecimento científico sobre os fenômenos da natureza, a partir deles próprios, sem a necessidade de um elemento exterior, em particular de uma providência divina.

Nos séculos XVII e XVIII, novos cientistas e filósofos aprofundam as teses do materialismo filosófico, combatendo as teses do idealismo, como Bacon, Locke, Helvétius e Holbach. Outros pensadores, como Voltaire, Diderot, Rousseau, Kant, Hegel, no bojo do pensamento da Ilustração, deram profundas contribuições ao desenvolvimento do pensamento crítico e, portanto, também ajudaram firmemente a avançar o conhecimento em várias áreas das ciências sociais e da história.⁴

³ Cf. PLEKHANOV, Guirgüi. *O papel do indivíduo na História*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁴ A burguesia soube, é claro, apoiar-se nas críticas dos pensadores materialistas e dos cientistas às concepções e dogmas da Igreja, para avançar na sua organização e combate ao domínio da nobreza feudal e do clero e abrir, portanto, as portas para conquistas políticas e econômicas, até criar as condições para dirigir as revoluções democrático-burguesas, como foram as revoluções na Inglaterra e França, tomando o poder do Estado, amparada no chamado *Terceiro Estado* (camponeses, artesãos, operários), consolidando o seu domínio de classe, construindo o seu Estado burguês e desenvolvendo as relações econômicas capitalistas.

Entretanto, do ponto de vista das ciências sociais, da visão sobre a sociedade e os indivíduos, os pensadores burgueses do século XVII e XVIII – e, podemos dizer até praticamente meados do século XIX -, ainda estavam profundamente acorrentados a visões idealistas, ora concebendo a essência humana como algo abstrato e imutável, as épocas históricas como produto de ideias, opiniões, valores ou preconceitos – por exemplo, olhavam a Idade Média como uma longa noite da humanidade, determinada pelas concepções escolásticas, os dogmas e os preconceitos da Igreja -, a sociedade, como produto de um acordo ou contrato entre indivíduos, que, em seu estado natural, encontravam-se isolados uns dos outros. Quando admitiam as mudanças, faziam-no no quadro da sociedade capitalista em desenvolvimento e encaravam esta última como expressão das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, como o reino da razão.

Na esteira de Plekhanov, podemos dizer que:

a concepção idealista – da qual Voltaire e seus amigos eram partidários convictos – consiste em explicar esta mesma evolução pela evolução dos costumes e das ideias ou da opinião, como se dizia no século XVIII. (...) Uma vez que é a opinião quem governa o mundo, é evidente que ela é a causa fundamental, e não há razão de se estranhar que um historiador recorra à opinião como a uma força que produz em última instância os acontecimentos desta ou daquela época. (...) Mas, entre os filósofos do século XVIII, havia muitos que são conhecidos como materialistas. Tais eram, por exemplo, Holbach, o autor do célebre *Sistema da Natureza*, e Helvétius, autor do livro não menos célebre *Do Espírito*. É natural admitir-se que pelo menos estes filósofos não aprovavam a concepção idealista da História. Pois bem, tal suposição, por mais natural que pareça, é errônea: Holbach e Helvétius, materialistas em sua concepção da natureza, eram idealistas no que se refere à História. Como todos os filósofos do século XVIII, como toda a “sequela dos enciclopedistas”, os materialistas daquele tempo acreditavam que a opinião governava o mundo e que a evolução da opinião explica, em última instância, toda a evolução histórica.⁵

Não se perguntavam, por exemplo, porque se pensava de um jeito numa determinada forma de sociedade e, de outro, em outras formas. No mais das vezes, procurava-se compreender as sociedades pelo que os filósofos pensavam a seu respeito, pelas ideias, valores, preconceitos e opiniões de

⁵ Idem, pp. 23-24.

uma época. Esteja longe dessas perspectivas, buscar compreender as obras de determinados pensadores e as opiniões de cada época a partir de uma análise consistente e histórica das condições materiais de existência social, das relações sociais estabelecidas entre os homens, das formas de organização da produção e do trabalho, do nível de desenvolvimento das forças produtivas, entre outros elementos histórico-sociais.

Deixemos de lado, por enquanto, as concepções de história e de sociedade anteriores a Marx e Engels. Voltaremos a elas mais adiante. Aqui, queremos deixar claro que, apesar dos autores materialistas do século XVIII serem idealistas na sua explicação da história e da sociedade, de conjunto, foi o materialismo filosófico que direcionou mais coerentemente o desenvolvimento do conhecimento filosófico-científico de maneira rigorosa e em sintonia com a realidade da natureza e da sociedade.

É, portanto, por meio do acúmulo do debate dos filósofos e cientistas materialistas da Antiguidade Greco-romana a Feuerbach, que Marx e Engels superam a sua forma idealista inicial de pensamento – de base hegeliana -, e passam a compreender que o “ser” (natureza e sociedade) condiciona o surgimento e o desenvolvimento da “consciência” (ideias, espírito, conhecimento) e que a própria consciência é resultado de um longo e complexo processo de mudança e transformação da matéria e do próprio ser humano, com seu cérebro e a sua capacidade de pensar, de racionar, de desenvolver as ideias, o pensamento.

Toda a elaboração da concepção materialista de mundo e de Marx e Engels, a partir de então, assenta-se na posição filosófico-científico de que a “consciência” deve ser explicada pelo “ser” e não o contrário, como sempre defenderam os filósofos idealistas ao longo da história do pensamento.

Mas, há pensadores materialistas e materialistas. As formas de encarar a relação entre o “ser” e a “consciência” foram marcadas por diversos traços, que conformaram as particularidades de cada sistema filosófico. No século XVII e XVIII, o que a ciência ganhou em termos de análise das particularidades dos fenômenos, perdeu na compreensão de conjunto da realidade e, portanto, tendeu ao materialismo mecanicista, não dialético.

Marx e Engels beberam na fonte do pensamento de Hegel e souberam fundir numa única concepção de mundo, de história e de sociedade, o

materialismo e a *dialética*. Como dialéticos, desde cedo destacaram, claramente, a recíproca influência do pensamento, das ideias, da consciência, por meio da atividade humana, na realidade, na sua transformação. Daí porque a sua concepção de mundo e de sociedade é ao mesmo tempo materialista - fundada nas condições materiais de existência - e dialética - a realidade está em movimento e transformação -, diferenciando-se marcadamente das concepções materialistas vigentes no século XVIII – o materialismo mecânico – que, em essência, permaneceram vigentes ainda na filosofia de Feuerbach.

Como dissemos também, a trajetória que leva os dois revolucionários alemães do idealismo hegeliano (ou jovem hegeliano) ao materialismo – como do democratismo ao comunismo – é muito complexa e conflituosa. O período que vai de 1842-1843 (*Gazeta Renana, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*) a 1844 (*Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel, A questão judaica, Esboço de uma crítica da economia política, Manuscritos Econômico-filosóficos, Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano*) corresponde precisamente a esse período de evolução rápida e de verdadeiros saltos dialéticos no pensamento e na atuação política dos dois jovens revolucionários alemães.⁶

Marx e Engels haviam se tornado pensadores materialistas e comunistas. Haviam também chegado a uma concepção comum de mundo, de história e de sociedade, que criou os fundamentos teórico-políticos para a elaboração das primeiras sínteses da nova concepção: o *Materialismo Histórico*.

Lênin destaca em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* que, desde “1844-1845, época em que se formaram as suas ideias, Marx era materialista”. Observa que em setembro de 1844, “Friedrich Engels vai a Paris por alguns dias, e torna-se desde então amigo mais íntimo de Marx. Ambos tomaram parte na vida intensa que na época tinham os grupos revolucionários de Paris”.⁷

⁶ Uma vez mais, as seguintes obras: MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005; *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. In: MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005; *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010; *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006, *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; ENGELS, Friedrich. *Esboço de uma crítica da economia política*. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.

⁷ Cf. LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979, p. 11-16.

Em Paris, Marx e Engels discutiram durante dias as suas concepções e verificaram que haviam chegado às mesmas conclusões intelectuais e políticas. Como produto dessa consonância de ideias, observa Lênin, “escreveram em comum *A Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica*. Este livro (...) do qual a maior parte foi escrita por Marx *lançou as bases deste socialismo materialista revolucionário*”.⁸

Para Lênin, na medida em que deu conta de que o antigo materialismo era

inconsequente e unilateral, Marx concluiu que era necessário ‘por a ciência da sociedade de acordo (...) com a base materialista, e reconstruir esta ciência apoiando-se nesta base. Se, de um modo geral, o materialismo explica a consciência pelo ser e não o inverso, esta doutrina, aplicada à sociedade humana, exigia que se explicasse a consciência *social* pelo ser *social*’.⁹

Como pensadores materialistas, Marx e Engels chegaram ao longo de 1843-1844 à essa conclusão e lançaram essas bases do socialismo científico em *A Sagrada Família*, a partir da polêmica com os jovens hegelianos dirigidos por Bauer, e, no essencial, os fundadores do marxismo concluíram desse debate que, assim como a “consciência” (as ideias, o pensamento, o espírito) deve ser explicada pelo “ser” (pelas condições materiais, natureza), as formas de consciência sociais (filosofia, ciência, religião, arte, etc. e a superestrutura jurídico-política) devem ser compreendidas e explicadas a partir das condições materiais da existência humana, isto é, pelo “ser social” (sociedade).

Essa concepção foi exposta de maneira mais geral nos manuscritos de *A Ideologia Alemã* (1845-1846). É preciso, portanto, compreender o processo que levou a essa revolução filosófico-científica realizada por Marx e Engels.

Os embriões da concepção materialista de Marx sobre a sociedade e o Estado aparecem na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), quando Marx, ao voltar a estudar o pensamento hegeliano, afirma que “Hegel, por toda parte, faz da Ideia o sujeito e do sujeito propriamente dito, assim como da ‘disposição política’ faz o predicado” e que “Hegel quer, em toda parte, apresentar o Estado como a realização do Espírito livre”. Ou quando diz, na mesma obra, que na concepção hegeliana,

⁸ Idem, p. 61.

⁹ Idem, p. 21-22.

A Ideia é subjetivada e a relação real da família e da sociedade civil com o Estado é apreendida como uma atividade *interna imaginária*. Família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; eles são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte.¹⁰

Essa intuição genial da relação entre o Estado e a sociedade, já sob a influência do materialismo filosófico de Feuerbach, vai tomar formas mais precisas nos anos seguintes, mediada não só pelo aprofundamento dos conhecimentos de Marx e Engels sobre a história, a política e a sociedade moderna, como pelo encontro e envolvimento dos jovens revolucionários com o movimento operário e o proletariado. Essa exigência de explicar as formas de consciência e as instituições jurídico-políticas pelas condições materiais de vida vai se tornando ainda mais concreta.

Os estudos sobre o ser social – a sociedade – e, portanto, das suas condições materiais de existência social - a “anatomia da sociedade burguesa”, como dirá Marx mais adiante, principiam ainda em Paris, em 1843, expressando-se, por exemplo, nos *Cadernos de Paris* e nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, ambos de 1844, mas vão se desenvolvendo em vastidão e profundidade ao longo da vida dos revolucionários alemães. Nesses textos, o estudo materialista da sociedade capitalista resulta na primeira crítica social e comunista da ordem do capital, da propriedade privada, das formas de alienação dos homens na sociedade e do trabalho alienado no capitalismo.¹¹

Certamente, em *Glosas Críticas* (de Marx, 1844) e em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (de Engels, 1845), os dois revolucionários vão penetrando mais concretamente nas condições materiais da vida social, que estão na base do desenvolvimento das formas de consciência social da sociedade moderna capitalista e da superestrutura jurídico-política, das condições de vida da classe operária e da classe dominante e do processo de exploração da força de trabalho, como mola propulsora da produção de riqueza social e dos conflitos de interesses e, portanto, da luta de classes que se desenvolve sob essa base material.¹²

¹⁰ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 30-32 e 74.

¹¹ Cf. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Em 1859, no *Prefácio a Para a Crítica da Economia Política*, a propósito de sintetizar a sua trajetória teórica, Marx afirma que, a partir da crítica do pensamento hegeliano e do idealismo filosófico em geral, juntamente com Engels concluiu que as

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser explicadas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida.¹³

A explicação materialista dessa questão, observa Marx na mesma obra, está na tese de que

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”.¹⁴

Marx resolveu, então, estudar mais detidamente a “anatomia da sociedade burguesa”, isto é, a “ Economia Política”. O fato é que, do final de 1845 a 1847, Marx e Engels escreveram uma série de obras conjuntas ou individuais que representam as primeiras sínteses da nova concepção. Além de *A Sagrada Família* (1845), de ambos os autores, são desse período *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, de Engels), *Teses sobre Feuerbach* (1845, de Marx), *A Ideologia Alemã* (1845-1846, de Marx e Engels), *Carta a Anenkov* (1846, de Marx) e *A Miséria da Filosofia* (1847, de Marx). É precisamente nestas obras que a nova concepção de mundo e de sociedade se expressa com mais força, em particular no âmbito de *A Ideologia Alemã* (1846), sem dúvida a primeira grande síntese do Materialismo Histórico. Passemos, então, ao essencial dessas obras.¹⁵

¹² MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹³ MARX, Karl. *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 25.

¹⁴ Cf. MARX, Karl. *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 25.

¹⁵ Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003; *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009; ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007; MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002; *Carta a Annenkov*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1982; *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.

Em *A Sagrada Família*, em base à polêmica travada contra o grupo dirigido por Bruno Bauer e consortes, que pretendiam analisar todas as coisas do mundo a partir de sua categoria da “consciência de si” e que propunham como redenção para os males sociais a reforma das consciências, conformando uma concepção idealista e especulativa, adornada por uma retórica vazia e pretensiosa, supostamente superior à ação das massas populares, Marx e Engels não só realizam uma crítica intransigente e revolucionária ao idealismo filosófico alemão, como defendem as bases do materialismo e as posições comunistas.

Como observam os fundadores do marxismo, para os filósofos da “crítica crítica”, “todo o mal reside apenas no modo de ‘pensar’ do trabalhador”.¹⁶ Como bons conselheiros, sua filosofia “crítica” adverte especulativamente às massas pobres da população que basta eliminar a sua atual forma de consciência dominada, que toda a realidade ao seu redor se modificará.

Em resposta, Marx e Engels ironizam: “*A Crítica crítica*, pelo contrário, quer fazê-los crer que deixarão de ser trabalhadores assalariados na realidade apenas com o fato de deixar de se considerarem trabalhadores assalariados em pensamento”. E advertem: “Mas esses trabalhadores *massivos* e comunistas, que atuam nos ateliers de Manchester e Lyon, por exemplo, não creem que possam eliminar, mediante o ‘*pensamento puro*’, os seus senhores industriais e a sua própria humilhação prática”. Os trabalhadores sabem “que propriedade, capital, dinheiro, salário e coisas do tipo não são, de nenhuma maneira, quimeras ideais de seu cérebro” e que, portanto, para mudar a sua situação de exploração, é preciso “a mudança *real* de sua existência, quer dizer, das condições reais de sua existência”.¹⁷

Nas *Teses sobre Feuerbach*, que só foram publicadas postumamente por Engels, em 1888, Marx elabora em forma de 11 teses a sua nova concepção materialista e dialética, desta vez contrapondo-se à concepção materialista de Ludwig Feuerbach que, juntamente com Proudhon, havia defendido e poupado de críticas em *A Sagrada Família*, na polêmica com o grupo de Bruno Bauer. Dessa vez, porém, Marx investe contra os aspectos mecanicistas e as

¹⁶ Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 65.

¹⁷ Idem, p. 65-66.

debilidades do materialismo de Feuerbach, delimitando a sua nova concepção materialista de mundo, de história, de sociedade e dos indivíduos.

Para tanto, a realidade, a prática social, as condições materiais de vida social comparecem como o critério objetivo de aferição da conformidade das ideais, do conhecimento, da consciência com o movimento do mundo objetivo – natureza e sociedade –, de modo que Marx reivindica dois elementos essenciais: a unidade *entre a teoria e a prática social* e a importância desta última como parâmetro para a produção e crítica do próprio conhecimento.

Aponta, portanto, para uma concepção materialista ativa e não puramente contemplativa e metafísica, como no materialismo do século XVIII e do próprio Feuerbach. Diz Marx:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolada da prática – é uma questão puramente escolástica.¹⁸

Como tal, a própria essência humana perde, com Marx, qualquer caráter de imutabilidade, de algo dado de uma vez para sempre, e se converte em produto das condições histórico-sociais de cada época do desenvolvimento da humanidade. Para ele, “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”.¹⁹

Nesse caso, não há qualquer coisa de imutável, de absoluto, de definitivo na história, na sociedade e no conhecimento. Em se tratando das ideias, do conhecimento, das formas de consciências sociais, estas não só têm como base, fundamento, cimento, as condições materiais de existência social, como devem ter a própria realidade histórico-social como critério de sua objetividade.

Em *A Ideologia Alemã* – obra escrita em 1845-1846, publicada somente no século XX na Rússia soviética - o caráter histórico-social das ideias, do conhecimento, das formas de consciência social e sua relação com as condições materiais de existência social ganham uma formulação mais sistemática. A nova concepção materialista da história não deduz a realidade

¹⁸ Idem, pp. 119-120.

¹⁹ Idem, p. 121.

da teoria, mas a teoria da realidade social. Ou, nas palavras dos fundadores do marxismo, a teoria não “desce do céu à terra”, mas sobe

da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real da vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida.²⁰

Diferentemente das concepções idealistas elaboradas ao longo da história do pensamento, que acabam por dar um caráter independente às ideias, fazendo-as determinar a própria realidade (natureza e sociedade), como se tivessem verdadeiramente uma autonomia absoluta em relação à base material, o Materialismo Histórico defende exatamente o contrário. Apesar de reconhecer uma certa autonomia relativa ao desenvolvimento do conhecimento, das ideias, no curso do processo histórico, a concepção marxista defende, *mutatis mutandis*, a tese de que a elaboração do pensamento está

entrelaçado com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida.²¹

Diferentemente do idealismo filosófico e das concepções especulativas da história, para a concepção materialista da história “A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens”²². Dessa forma,

²⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 31.

²¹ Idem, p. 31.

²² Idem, p. 23-24.

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência.²³

Na *Carta a Annenkov*, datada de 28 de dezembro de 1846, a propósito de realizar uma síntese crítica do pensamento de Proudhon, Marx formula uma posição acerca da produção do conhecimento e, portanto, do caráter das categorias, que permanecerá em todo o curso de sua obra, inclusive em *O Capital* (1867). É a ideia de que as categorias, os conceitos, exprimem determinações da realidade (natureza e sociedade) e, como tal, são tão mutáveis quanto a própria realidade cujos elementos expressam. Na visão de Marx,

os homens, ao desenvolverem as suas faculdades produtivas, isto é, ao viverem, desenvolvem certas relações entre eles, e que o modo dessas relações muda necessariamente com as modificações e o crescimento dessas faculdades produtivas.²⁴

Daí que as categorias, os conceitos, têm uma base histórico-social e expressem relações e fenômenos objetivamente existentes na realidade (natureza e sociedade). Não são mera representação subjetiva da consciência dos indivíduos ou uma invenção. Nem são algo construído *a priori*, ao qual se deve encaixar e acorrentar a realidade. Mais tarde, em *O Capital*, Marx dirá: “as categorias exprimem, portanto, formas de modos de ser, determinações de existência”.²⁵

Para Marx, além de exprimirem relações sociais reais, existentes na natureza e na sociedade, as categorias também se transformam com o desenvolvimento da vida social e das formas de sociedades. Nas palavras de Marx, “as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem”.²⁶ Criticando ainda Proudhon, Marx argumenta que um dos erros cruciais daquele autor consiste em colocar, de um lado, “as ideias eternas, as

²³ Idem, p. 32.

²⁴ MARX, Karl. Carta a Annenkov. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1982, p. 549.

²⁵ MARX, Karl. Introdução. In: MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 18.

²⁶ MARX, Karl. Carta a Annenkov. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1982, p. 551.

categorias da razão pura e, de outro lado, os homens e a sua vida prática, que é, segundo ele, a aplicação dessas categorias".²⁷

Marx observa, que tal como acontece com os teóricos da Economia Política burguesa, o pensador francês

não viu que as categorias econômicas são apenas abstrações dessas relações reais, que só são verdades na medida em que subsistam essas relações. Assim, ele cai no erro dos economistas burgueses que veem nessas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, as quais só são leis para um certo desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento determinado das forças produtivas. Assim, em vez de considerar as categorias político-econômicas como abstrações feitas [a partir] das relações sociais reais, transitórias, o Sr. Proudhon, por uma inversão mística, não vê nas relações reais senão corporizações [incorporations] dessas abstrações.²⁸

Essa mesma linha de discussão é retomada, de forma mais profunda, em *A Miséria da Filosofia*, de 1847, quando Marx, dando continuidade à crítica de Proudhon, iniciada na *Carta a Annenkov* (1846), arremata:

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações sociais que exprimem. São produtos históricos e transitórios.²⁹

Durante todo o desenvolvimento do seu pensamento, Marx e Engels procuraram aplicar rigorosamente esta tese do materialismo histórico. Isso não significa que as ideias não tenham um papel fundamental para a vida social. É exatamente o contrário: as ideias, o conhecimento, a consciência são decisivas para toda a organização social e que, portanto, toda a batalha que se desenrola em torno da luta de classes passa necessariamente pelo debate de ideais, pelo avanço do conhecimento social, pelo desenvolvimento da consciência.

Por meio da atividade humana concreta, as ideias reagem sobre a realidade, jogando um papel de primeira linha no processo de transformação dos indivíduos e da vida social. Lembramos que o processo da revolução social

²⁷ Idem, p. 553.

²⁸ Idem, p. 349-550.

²⁹ Cf. MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 98.

é também um processo de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado sobre a necessidade de por fim à dominação da burguesia e de construir o domínio dos trabalhadores. Não obstante, contrariamente às filosofias idealistas, o Materialismo Histórico rejeita qualquer tentativa de dar às ideias um *caráter autônomo absoluto* em relação às condições materiais de vida, como se fossem independentes dos indivíduos e das classes sociais e regessem a vida social e a história, como uma força exterior.

As ideias têm, sem dúvida, uma certa autonomia relativa, mas não podem ser compreendidas e explicadas sem igualmente o estudo das bases materiais da existência social e da história. Também, para o Materialismo Histórico, as ideias só podem intervir na realidade social por meio da ação humana, nas condições sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada época. Fora desses termos, as concepções filosóficas tendem a recair no idealismo e, portanto, abrem caminho à mistificação da realidade.

2.3. O ser humano é um ser ativo, é condicionado pelas relações sociais e as transforma

Na medida em que Marx e Engels se apoiam na concepção materialista de mundo, por meio de Feuerbach, e promovem a crítica da filosofia idealista de Hegel e dos jovens hegelianos – e, por tabela, dos fundamentos do idealismo filosófico como todo – fica cada vez mais evidente a necessidade de estudar a fundo as diversas formações econômico-sociais vivenciadas pelos indivíduos ao longo da história da humanidade, em particular a sociedade burguesa moderna capitalista.

Ao mesmo tempo, ao se aproximarem cada vez mais das organizações do movimento operário e estudarem a Economia Política, ficavam-lhes evidentes as lacunas tanto das concepções idealistas quanto do materialismo mecanicista anterior; as primeiras, por colocar as ideias, o conhecimento e a consciência no panteão dos deuses, a reger a história e a sociedade, encarando, muitas vezes, os homens - em particular, os trabalhadores -, como uma massa passiva (receptiva) na história; as segundas, por encarar as ideias como uma espécie de secreção do cérebro à moda como o fígado secreta a biliar, e os próprios indivíduos como um produto passivo do ambiente natural e social.

Na verdade, os indivíduos são seres ativos e, ao mesmo tempo em que são condicionados pelas relações sociais, atuam sobre elas, transformando-as. Também restava patente que os indivíduos, por meio da atividade do trabalho, estabelecem um intercâmbio com a natureza, extraindo dela as condições materiais para a existência social. Na há, na história do pensamento social, uma corrente filosófico-científica que tenha reconhecido aos indivíduos - e, por meio destes, às ideias -, uma importância tão crucial como o marxismo e sua concepção sobre a história e a sociedade, o Materialismo Histórico.

Antes mesmo de elaborar as primeiras sínteses de sua concepção materialista da história, Marx chamava a atenção dos seus leitores para a necessidade das ideias se transformarem em força material, por meio da atividade das massas trabalhadoras. Retomemos uma passagem citada no início desta introdução. Na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844), Marx reconhece a necessidade das ideias se transformarem em força material: “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”.³⁰

Embora no início de sua jornada como materialista e comunista, ainda tenha uma visão um tanto filosófica do proletariado, enquanto classe social, Marx vê precisamente nos trabalhadores a classe capaz de romper as cadeias da exploração capitalista e transformar a sociedade em direção à humanidade emancipada. Veja-se a resposta de Marx à pergunta “Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação”? “*Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, (...) que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas*”.³¹

Em obras como *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano i(1844)*, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) e *A sagrada família* (1845), Marx e Engels já encaram o

³⁰ MARX, Karl. Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 151.

³¹ Idem, p. 155. É conhecida a seguinte passagem: “Assim como a filosofia encontra as armas *materiais* no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas *intelectuais* na filosofia”. (Idem, p. 156).

proletariado como uma classe ativa, capaz de se organizar para lutar pelas suas reivindicações e pela transformação radical da sociedade existente.³²

Engels diz em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a propósito do estado de coisas vivenciado pelo proletariado, que os trabalhadores são capazes de “sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários”.³³

Em *A Sagrada Família*, Marx e Engels argumentam:

O proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supressão de suas próprias condições de vida. Ele não pode supressão de suas condições sem supressão de todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria situação. Não é por acaso que ele passa pela escola do trabalho, que é dura, mas forja resistência.³⁴

Nas suas *Teses sobre Feuerbach* (1845-1846), Marx avança em direção a uma concepção materialista e dialética inegavelmente superior, em todos os aspectos, ao materialismo mecanicista do século XVIII e ao de Ludwig Feuerbach, quanto ao aspecto da ação dos indivíduos e das classes sociais na história e à capacidade do ser humano de transformar a realidade. Para tanto, Marx estabelece uma linha de diferenciação entre o seu materialismo e a concepção dos filósofos do século XVIII e de Feuerbach.

Criticando o caráter contemplativo e metafísico desse materialismo, bem como o próprio idealismo filosófico na explicação da história e da vida social, Marx reivindica a articulação dialética entre teoria e prática social:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível, como prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em

³² MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007; MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003; *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³³ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 123-124.

³⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003; *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 49.

oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente, diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva. (...) Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-social”.³⁵

Marx estabelece, por outro lado, um critério mais objetivo para a aferição da conformidade do pensamento com a realidade em movimento, ao dizer que “Toda a vida real é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”.³⁶ Portanto,

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática, é uma questão puramente *escolástica*.³⁷

Pela nova concepção materialista da história, os indivíduos não são apenas um produto unilateral e mecânico das condições da natureza e meio social. Eles são seres ativos, agentes da história, capazes de modificar e transformar a realidade ao seu redor. Há visivelmente uma relação dialética entre o meio natural e social e a atividade concreta dos indivíduos. Assim, “A doutrina materialista [anterior a Marx] sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”.³⁸

Para Marx, “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*”.³⁹ Essa é a nova perspectiva que se abre com o Materialismo Histórico, aprofundado mais amplamente em *A Ideologia Alemã*, pois, ao contrário do materialismo contemplativo anterior, “para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o

³⁵ Idem, p. 119.

³⁶ Idem, p. 121.

³⁷ Idem, p. 119-120.

³⁸ Idem, p. 120.

³⁹ MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 126.

mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que ele encontra no mundo”.⁴⁰

Há aqui uma contraposição clara do Materialismo Histórico, de Marx e Engels, com certas concepções anteriores – e, mesmo, posteriores –, de caráter mecanicista ou voluntarista. O determinismo mecanicista é uma concepção de história, de sociedade e dos indivíduos, que elimina qualquer possibilidade de encarar a ação humana como uma atividade criadora ativa, capaz de transformar a natureza e o mundo social. Esse determinismo mecanicista, presente em certo sentido nas concepções materialistas anteriores, era um empecilho para a compreensão do papel do indivíduo e das massas populares na história social.

Em outra perspectiva, mas não menos equivocada, encontra-se a concepção voluntarista de história, sociedade e indivíduos, que, sob o argumento de atacar o determinismo mecanicista, acaba por mistificar a liberdade humana e o papel do indivíduo, encarando a história e a vida social como mero produto da vontade humana, do livre arbítrio, sem qualquer tipo de condicionamento da natureza, da sociedade e da história. É como se a história e a vida social fossem um verdadeiro “caos”, um resultado da intervenção, sem quaisquer condicionamentos, da vontade individual e espontânea dos indivíduos e, como tal, desprovidas de processos e relações capazes de serem compreendidos pelas ciências sociais.

Para Marx, ao contrário do determinismo mecanicista, os homens fazem a história. São o demiurgo de todo esse processo complexo e contraditório, que é a formação, desenvolvimento e substituição de uma formação social por outra, ao longo da história da humanidade. Mas, diferentemente do voluntarismo, o marxismo destaca que

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob todas aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.⁴¹

⁴⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 36.

⁴¹ MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 17.

É preciso, pois, para compreender a forma como os indivíduos e as classes sociais pensam e agem em cada etapa do movimento histórico, a análise profunda das condições materiais da vida social, construídas pelas gerações anteriores, vivenciadas e transformadas pelas gerações atuais. Significa, em última instância, que a ação e a própria liberdade humana de decidir e intervir no processo histórico real estão condicionadas pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais do seu tempo, que, por sua vez, foram resultado de todo um processo histórico-social anterior.

A relação entre liberdade e necessidade, portanto, coloca-se do ponto de vista marxista de forma completamente diferente, tanto no que se refere aos seus aspectos filosóficos mais gerais, como da forma histórica concreta. A história não é, para os fundadores do marxismo, o “caos” – ou algo incompreensível -, nem muito menos um “destino”, cujo resultado já está dado desde o início, de uma vez para sempre, ou imune à ação transformadora humana. Ao mesmo tempo em que reconhecem as leis objetivas da natureza e do processo histórico-social, Marx e Engels fundam a sua concepção materialista da história na real capacidade humana de transformar a sociedade.

Lênin, em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, sintetiza essa relação entre necessidade e liberdade no quadro do Materialismo Histórico:

Importa sobretudo reter a opinião de Marx sobre a relação entre a liberdade e a necessidade: “a necessidade só é cega na medida em que não é compreendida (...) a liberdade é a inteligência da necessidade” (F. Engels no *Antidühring*); dito doutro modo, consiste em reconhecer a existência de leis objetivas da natureza e a transformação dialética da necessidade em liberdade (do mesmo modo que a transformação da “coisa em si”, não conhecida, mas conhecível, numa “coisa para nós”, da “essência das coisas” em “fenômenos”).⁴²

Os indivíduos – que nas sociedades fundadas na propriedade privada dos meios de produção fazem parte de classes sociais -, nas condições sociais, econômicas, políticas e culturais existentes, por meio de incontáveis ações individuais e coletivas, constroem a história, como parte de uma sociedade historicamente determinada, produzindo, mediante o trabalho, as condições

⁴² LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979, p. 18.

materiais de existência social, os seus meios de vida. E, ao agirem sobre a natureza, nas condições de relações sociais constituídas entre eles, os indivíduos transformam o meio natural e social em que vivem e transformam a se próprios como indivíduos.



Handwritten notes in German, likely a student's summary or critique, written over the cover image. The text includes phrases like 'D. Ag-...', 'substanz', and 'materiell'.

Capa da primeira edição de
O Manifesto do Partido Comunista (1848)
Fonte: <http://www.pcp.pt/karlm Marx>

Décima primeira tese das *Teses sobre Feuerbach* (1845)
Fonte:
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo284Artigo%207.pdf

2.4. As condições materiais de produção são a base da sociedade, das formas de consciência sociais e da superestrutura jurídico-política

Marx e Engels elaboram a sua concepção materialista da história em meados do século XIX, em debate com as concepções de história, sociedade e indivíduos reinantes anteriormente, em particular nas décadas imediatamente anteriores ao surgimento do Materialismo Histórico. Para tal, os fundadores do marxismo procuraram se apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, nas diferentes formações sociais e económicas, bem como dos avanços filosóficos e científicos da sociedade moderna, nos campos das ciências naturais e sociais.

Resumamos às conclusões a que chegamos até aqui nas concepções de história e de sociedade anteriores a Marx e Engels, para podermos avançar.

Como dissemos acima, o materialismo filosófico avançou muito no campo das ciências sociais a partir do século XVI, no contexto da decadência do feudalismo e de ascensão das relações de produção capitalistas e da burguesia como classe social. A astronomia, as matemáticas, a física, a

química, a mecânica, enfim, as ciências deram um salto surpreendente na investigação dos fenômenos da natureza em oposição aos dogmas da Igreja e às explicações mistificadas da realidade. Portanto, neste plano, o materialismo foi ganhando espaço e aplicando duros golpes às explicações idealistas da natureza, incluindo, as explicações religiosas.

Entretanto, realçamos, no que se refere à análise científica da história e da sociedade humana, prevaleceram até praticamente meados do século XIX as mais variadas explicações idealistas, de modo que a história era ora expressão da vontade de uma divindade exterior e superior ao mundo dos homens, resultado da ação, decisão e vontade de grandes chefes e personalidades, ora simples criação ou expressão de uma ideia ou espírito absoluto, de verdades eternas e imutáveis ou de razão universal.

Na Idade Média, repetimos, prevaleceram concepções teológicas de mundo e de sociedade baseadas fundamentalmente nos dogmas da Igreja, na escolástica dos filósofos e doutrinados e nas “escrituras sagradas”, cuja tônica é a existência de um destino previamente traçado pela providência divina, ou a justificação e legitimação do poder terreno pela vontade do criador, de modo a conformar o comportamento e a ação dos indivíduos às leis e costumes dominantes em determinadas épocas históricas.

Na sociedade moderna, podemos destacar várias explicações idealistas da história e da sociedade humana. No campo da história, prevaleciam concepções baseadas em coleções de fatos e acontecimentos isolados uns dos outros e as grandes façanhas de imperadores, monarcas, generais, entre outras personalidades, sem uma visão de conjunto do processo histórico real, nem das causas fundamentais das mudanças e transformações, que resultaram na decadência de uma formação social e no surgimento de uma nova sociedade.

No caso dos teóricos burgueses, apesar da crítica das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade feudal em decadência, e a defesa das novas relações sociais de produção e de mudanças políticas, procuravam realçar uma essência humana consistente na concorrência, no individualismo e na competição. As características do indivíduo burguês, que se formavam e se impunham com o avanço do capitalismo, eram universalizadas à essência geral

do homem. Aquilo que era característica do indivíduo na sociedade burguesa era elevado à essência geral da humanidade.

As Teorias Contratualistas, de Thomas Hobbes a Rousseau, elaboravam teses sobre a origem da sociedade política a partir de uma determinada visão sobre um estágio anterior natural do homem, romantizando-o ou não, mas sempre no sentido de justificar a emergência de uma nova condição, a da sociedade civil e seu Estado, mediada pelo estabelecimento de um contrato entre os indivíduos, para proteger os seus interesses e direitos, entre os quais o sagrado e inviolável direito de propriedade.

O projeto teórico-político da Ilustração do século XVIII, na França, reivindica submeter todas as questões da natureza e da sociedade ao tribunal da razão. Filósofos enciclopedistas, como Diderot, Voltaire, entre outros, aplicaram as novas ideias a todos os ramos do saber de sua época. Kant e Hegel, na Alemanha, fizeram, a seu modo, avançar a crítica dos saberes por meio de uma síntese do pensamento, em meio à influência do contexto revolucionário na Europa, especialmente na França.

Há, cada vez mais, a substituição de formas de consciência social (teológica, feudal) por outras formas de consciência (burguesa), como produto de uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, sob a base do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e do avanço das forças produtivas. Engels analisou a nova forma de pensamento da seguinte forma:

Os grandes homens que, na França, iluminaram os cérebros para a revolução que se havia de desencadear, adotaram uma atitude resolutamente revolucionária. Não reconheciam autoridade exterior de nenhuma espécie. A religião, a concepção da natureza, a sociedade, a ordem estatal: tudo eles submetiam à crítica mais impiedosa; tudo quanto existia devia justificar os títulos de sua existência ante o foro da razão, ou renunciar a continuar existindo. A tudo se aplicava como rasoura única a razão pensante. Era a época em que, segundo Hegel, “o mundo girava sobre a cabeça”, primeiro no sentido de que a cabeça humana e os princípios estabelecidos por sua especulação reclamavam o direito de ser acatados como base de todos os atos humanos e toda relação social, e logo também, no sentido mais amplo de que a realidade que não se ajustava a essas conclusões se via submetida, de fato, desde os alicerces até à cumieira. Todas as formas anteriores de sociedade e de Estado, todas as leis tradicionais, foram atiradas no monturo como tradicionais; até então o mundo se

deixava governar por puros preconceitos; todo o passado não merecia senão comiseração e desprezo. Só agora despontava a aurora, o reino da razão; daqui por diante a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem.⁴³

A Economia Política burguesa, que surgiu com o objetivo de analisar os processos que levavam ao aparecimento da nova forma de riqueza expressa no capital, fundava as suas explicações na figura do indivíduo, na sua essência individualista, numa visão liberal de Estado, tomando como base as explicações contratualistas da origem da sociedade moderna, mas fundamentalmente recoberta por uma visão idealista sobre a origem da sociedade civil.

Marx, na *Introdução a Para a Crítica da Economia Política* (1859), chamou as tentativas dos economistas burgueses de explicar a origem e o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna a partir de uma condição natural do homem anterior ao próprio surgimento da sociedade civil e do Estado de “robinsonadas”.⁴⁴

A respeito dos seus estudos de Economia Política, Marx diz que o seu “objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a produção *material*. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”. E, criticando as “robinsonadas” dos economistas burgueses, observando corretamente:

O caçador e o pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum – como se afigura aos historiadores da Civilização -, uma simples reação contra os excessos do requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural. Do mesmo modo, o *contrat social* de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza, por meio de um contrato, tampouco repousa sobre tal naturalismo. Essa é a aparência, aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da “sociedade” (*bürgerlichen Gesellschaft*), que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade de livre

⁴³ Cf. ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. I, 1975, pp. 27-28.

⁴⁴ Em referência à obra *Robinson Crusóé*, romance escrito por Daniel Defoe, publicada originalmente em 1719, no Reino Unido, que trata da história de um indivíduo que sobreviveu a um naufrágio e, isolado, consegue sobreviver em meio às condições da natureza.

concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro lado, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal, que teria existido no passado. Veem-se não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme à natureza – dentro de representação que tinham de natureza humana -, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Essa ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente.⁴⁵

Conclui em seguida:

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si.⁴⁶

Pois bem, em meio às “robinsonadas” dos economistas burgueses – Adam Smith, em *A riqueza das nações* (1776), mas também, em parte, os *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), de David Ricardo -, começa já a emergir uma análise da sociedade de mercado em que as classes sociais e sua fatia de participação da riqueza material produzida passam a ser consideradas em suas explicações da nova forma de riqueza capitalista.

⁴⁵ Cf. MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 3-4.

⁴⁶ Idem, p. 4.

Uma virada não menos importante nas concepções de história e de sociedade ocorre com o advento das Revoluções dos séculos XVII e XVIII, em particular as revoluções Inglesa e Francesa. Os historiadores ingleses e franceses começam a inaugurar uma perspectiva nova de análise desses grandes acontecimentos históricos a partir da intervenção das classes sociais e da luta de interesses entre elas. As classes sociais e seus interesses, antes ausentes, começam a emergir na história, embora os historiadores não tenham tirado todas as consequências da existência das classes sociais e da diferenciação de interesses materiais entre elas na sociedade capitalista, em processo de consolidação.

O desenvolvimento capitalista, a Revolução Industrial do final do século XVIII e início do XIX, o surgimento do proletariado moderno, com todas as decorrências sociais, econômicas e políticas, tais como a exploração da força de trabalho, as condições de vida e de trabalho nas fábricas e bairros populares, a desenfreada utilização da força de trabalho de mulheres, jovens e crianças, sem regulamentações e direitos, enfim, a realidade social que se forma a partir dessas transformações passam a ser objeto de crítica por parte de um conjunto de pensadores, os socialistas utópicos, no bojo de projetos de sociedades elaborados como contraposição às contradições e mazelas do capitalismo.

É dessas condições teorias e históricas, que Marx e Engels partem para realizar a críticas das concepções de história e de sociedade anteriores e elaborar a concepção materialista de história, base do socialismo científico. Concluindo que as ideias, o conhecimento, as formas de consciência social devem ser explicadas pelo ser social, os fundadores do marxismo procuram fundar o Materialismo História na base real da vida humana, nas condições materiais de existência. Na obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846), Marx e Engels observam:

Toda a concepção de história até hoje ou deixou, pura e simplesmente, por considerar essa base real da história, ou viu nela apenas algo de secundário e sem qualquer conexão com o curso histórico. A história tem, por isso, de ser sempre escrita segundo um critério que lhe é extrínseco; a produção real da vida aparece como pré-histórica primitiva, enquanto que o que é histórico aparece como existindo separado da vida em comum, como extrassupraterreno. A relação dos homens com

a natureza fica, desse modo, excluída da história, pelo que é gerada a oposição entre matéria e história. Daí que tal concepção só tenha podido ver na história ações políticas de chefes e de Estados e lutas religiosas e teóricas em geral, e tenha tido, em especial, em cada época histórica, de *partilhar da ilusão dessa época*.⁴⁷

Sem partilhar das ilusões de cada época, bem como das concepções idealistas da história e da sociedade humana, a concepção materialista da história não precisa partir de elementos ideais, forjados de maneira *a priori*, mas da própria realidade social, econômica e política, em transformação e eivada de contradições. Por isso, os fundadores do socialismo científico dizem que o Materialismo Histórico parte

dos pressupostos reais e nem por um momento os abandona. Os seus pressupostos são os homens, não em qualquer isolamento e fixidez fantásticos, mas no seu processo, perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições. Assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos –, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas.⁴⁸

Os homens reais, concretos, historicamente determinados, com suas necessidades construídas socialmente, os meios de que dispõem, tanto encontrados na natureza como construídos pelos próprios indivíduos, para a satisfação dessas necessidades, enfim a produção e a reprodução da vida social. Nesse sentido, as premissas das quais partem Marx e Engels

Não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.⁴⁹

Era comum nas teorias sobre os indivíduos e a vida social, procurar diferenciar o ser humano dos demais seres vivos por alguma característica especial: o fato de ter a razão, a capacidade de pensar, a consciência, de cultivar a fé e a religião. O materialismo anterior fez derivar a consciência, as

⁴⁷ Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 59-60.

⁴⁸ Idem, p. 32.

⁴⁹ Idem, pp. 23-24.

ideias, a razão, o conhecimento do cérebro, como matéria altamente desenvolvida, mas de forma ainda claramente mecânica.

Marx e Engels, ao analisar o desenvolvimento dos homens ao longo da história, concluíram que os mesmos começaram a se deslocar da sua condição puramente animal e se diferenciar na medida em que começaram a produzir e reproduzir os seus meios de vida, por intermédio da atividade de trabalho, na relação metabólica com a natureza, criando instrumentos de produção cada vez mais aperfeiçoados. Armados pelo conhecimento científico da história, mesmo que ainda em caráter embrionário, chegaram à tese de que os homens

Começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência, passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.⁵⁰

Chega-se, pois à tese fundamental do Materialismo Histórico de Marx e Engels, que a diferencia de todas as concepções anteriores sobre a história, a sociedade e os indivíduos, bem como da relação entre a consciência e a vida social. Para Marx e Engels, a forma como os indivíduos se relacionam socialmente para produzir e reproduzir os seus meios de vida, as condições materiais de existência social, o modo de produção e reprodução é a base, o fundamento, o cimento, a pilastra de toda a vida social e intelectual da sociedade humana. A produção das condições materiais de existência condiciona a forma como os indivíduos interpretam, pensam, conhecem e compreendem a natureza e as relações sociais ao seu redor.

Para poderem viver em sociedade e construir a história, os indivíduos têm de contrair determinadas relações sociais e desenvolver toda uma organização do trabalho humano. Embora os indivíduos não tenham propriamente consciência do caráter dessas relações sociais de produção, eles têm de contraí-las continuamente, sob pena de não poderem produzir e reproduzir a vida social.

Portanto, essas relações sociais são necessárias para o quadro de uma determinada formação social e independem da vontade pessoal de cada indivíduo. Como escrevem os fundadores do marxismo:

⁵⁰ Idem, pp. 24.

os homens têm de estar em condições de viver para poderem 'fazer história'. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. Mesmo quando o mundo sensível é reduzido ao mínimo, a um bastão, como um sagrado Bruno, pressupõe a atividade de produção desse bastão. Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar esse fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua extensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida.⁵¹

Não se trata meramente da reprodução física dos indivíduos, mas da reprodução da sociedade:

Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com e como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.⁵²

Os homens construíram diversas formações socioeconômicas ao longo da história da humanidade. Em todas elas, o *modo de produção* é a base de toda a sociedade. É evidente que as formações sociais são muito complexas e nelas se articulam relações de produção as mais diversas, mas, em toda essa diversidade, há um modo de produção dominante. Apesar dos resquícios de modos de produção anteriores, há relações de produção dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade como o seu traço fundamental.

Por exemplo, na sociedade capitalista atual, é possível se verificar a existência de relações de produção correspondentes a formações históricas anteriores ao capitalismo (relações de escravidão, semiescravidão, semifeudais etc.), entretanto o *modo de produção capitalista*, baseado na exploração do trabalho assalariado e na extração de mais-valia (sobretrabalho, trabalho excedente) é o fundamento de toda a vida social.

⁵¹ Idem, p. 40.

⁵² Idem, p. 24.

Se observarmos essas variadas formações sociais, verifica-se que os indivíduos contraem relações sociais de produção que podem ser de cooperação livre ou de exploração. Essas relações se expressam nas formas de propriedade dos meios de produção. Por exemplo, nas comunidades originárias, comunistas, a propriedade era coletiva, social. Nas sociedades de classes (escravista, feudal, capitalista), a propriedade dos meios fundamentais de produção é privada, pertencente a uma determinada classe social.

As relações de produção contraídas pelos indivíduos, sejam de cooperação livre ou de exploração, correspondem a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas: meios de produção e organização do trabalho. “O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir”.⁵³ Em síntese, Marx observa que na produção social da própria vida, “os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”.⁵⁴ No quadro das formações sociais, há uma verdadeira relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção.

A concepção materialista da história responde cientificamente não só à pergunta sobre a relação entre a vida social – e o modo como os homens produzem as suas condições materiais de existência social - e a consciência social, mostrando que esta é determinada e explicada pela primeira, como também demonstra que as condições materiais de produção são o fundamento de toda estrutura social e intelectual da sociedade. As condições materiais de existência social são, portanto, a base da superestrutura jurídico-política (Estado e instituições políticas e jurídicas, como os tribunais, os partidos, a justiça) e - certamente com as mediações necessárias - das formas de consciência social (filosofia, arte, ciência, direito, religião).

Marx e Engels apresentam esta tese de maneira bem clara em *A Ideologia Alemã*, quando trata da estrutura social e do Estado, afirmando que os mesmos:

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Cf. MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 46.

Decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como eles poderão aparecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são *realmente*, ou seja, como agem, como produzem material, *realmente*, como atuam, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade.⁵⁵

Numa carta a Pavel V. Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, no âmbito da qual tece considerações críticas sobre o pensamento de Proudhon, pergunta Marx: que se pode entender por sociedade? Em seguida, esboça uma resposta:

O produto da ação recíproca dos homens. São os homens livres de escolher esta ou aquela forma social? De modo algum. Considere-se um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e ter-se-á tal forma de comércio e de consumo. Considerem-se certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo e ter-se-á tal forma de constituição social, tal organização da família, das ordens ou das classes, em uma palavra, tal sociedade civil. Considere-se tal sociedade civil e ter-se-á tal Estado político, que não é mais do que a expressão oficial da sociedade civil. Eis o que o Sr. Proudhon nunca compreenderá.⁵⁶

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels voltam a tema da relação entre a base material da sociedade (a produção e reprodução da vida social) e as formas de consciência social. Dizem, seria preciso grande inteligência para compreender que

ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos, em uma palavra, muda a sua consciência? Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência.⁵⁷

⁵⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 30.

⁵⁶ MARX, Karl. *Carta a V. Annenkov*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1982, pp. 544-545.

Nas palavras de Marx, de *Para a Crítica da Economia Política*:

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual.⁵⁸

Significa dizer que a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência social são puramente uma criação mecânica da base material da sociedade e da estrutura social? Que não reagem dialeticamente sobre a base material? De maneira alguma. Marx e Engels nunca afirmaram que a base econômica da sociedade é a única determinante, nem que a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência social são inertes e passivas. Certamente, o fato dos seguidores de Marx e Engels buscarem popularizar as teorias dos fundadores do marxismo, em certa medida, contribuiu para uma série de reducionismos e questionamentos acerca da concepção materialista da história. Também pesaram, sobretudo, as deformações e falsificações dos teóricos e políticos burgueses em suas investidas contra o marxismo.⁵⁹

Engels, aliás, respondeu a estes e outros questionamentos sobre da concepção materialista da história em uma série de cartas. Em uma carta datada de 5 de agosto de 1890, encaminhada a Konrad Schmidt, Engels diz que o Materialismo Histórico não é um dogma, mas uma ferramenta teórica para o estudo da realidade em movimento, um guia para a compreensão da história e da sociedade. Ao mesmo tempo, critica os que, apressadamente, esquivam-se de estudar a fundo os problemas colocados pela história e pela vida social:

Em geral, o termo 'materialismo' serve a muitos escritores jovens, na Alemanha, de simples frase para classificar toda espécie de coisas sem as estudar posteriormente; tais escritores pensam que basta colar um rótulo para que o

⁵⁷ Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 39.

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ Esses reducionismos e deformações de seus seguidores e de opositores do Materialismo Histórico levaram, certa vez, Marx a afirmar ironicamente, como declarou Engels em carta a Eduard Bernstein, datada de 2-3 de novembro de 1882: "Tudo o que sei é que não sou marxista". Cf. MUSTO, Marcello. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 129. Essa afirmação nada tem a ver com uso que fizeram dela seguidores e não seguidores de Marx e Engels, para negar o próprio marxismo.

assunto seja dado por encerrado. Porém, nossa concepção da história é, acima de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca para levantar construções à maneira dos hegelianos. É preciso estudar de novo toda a história, investigar detalhadamente as condições de vida das diversas formações sociais, antes de se tentar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc., que a elas correspondem. A este respeito, fez-se bem pouco até hoje, porque bem poucos a isto se entregaram seriamente. Neste domínio precisamos de uma ajuda em massa; o campo é infinitamente vasto e quem aí quiser trabalhar a sério poderá fazer muitas coisas e destacar-se.⁶⁰

Noutra carta endereçada a Joseph Bloch, de 21 de setembro de 1890, Engels esclarece, sobretudo, que a relação entre a base econômica da sociedade, a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência social não é unilateral, mas recíproca e dialética:

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a em uma frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma. Há ação e reação de todos esses fatores, no seio das quais o movimento econômico acaba por se impor como uma necessidade através da infinita multidão de acidentes (ou seja, de coisas e acontecimentos cujo vínculo interno é tão tênue ou tal difícil de demonstrar que podemos considerá-lo como inexistente e negligenciá-lo). Se assim não fosse, a aplicação da teoria a qualquer período histórico determinado seria, creio, mais fácil do que a resolução de uma simples equação de primeiro grau.⁶¹

Posteriormente, numa carta datada de 25 de janeiro de 1894, encaminhada a Heins Starkenburg, uma vez mais, Engels aproveita para explicar o que ele e Marx entendiam por relações econômicas:

⁶⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 32.

⁶¹ Idem, p. 34.

O que entendemos por relações econômicas – que consideramos como a base determinante da história da sociedade – é o modo pela qual os homens de uma dada sociedade produzem seus meios de subsistência e trocam os produtos (na medida em que exista divisão do trabalho). Portanto, está aí incluída toda a *técnica* da produção e do transporte. Segundo nossa concepção, esta técnica determina igualmente todo o modo de troca como a distribuição dos produtos e, por consequência, após a dissolução da sociedade gentílica, também a divisão em classes e, portanto, as relações de dominação e de servidão, e com esta o Estado, a política, o direito, etc. As relações econômicas incluem, também, a base geográfica sobre a qual elas se desenrolam, e os vestígios de etapas anteriores do desenvolvimento econômico que realmente foram transmitidos e que sobreviveram – muitas vezes unicamente pela tradição ou *vis inertiae* (pela forma da inércia); assim como incluem também, naturalmente, o meio exterior que circunda esta forma social.⁶²

Em seguida, na mesma carta, critica a visão mecânica de que a economia é o único fator determinante e ativo da história das sociedades, situando como a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência social reagem sobre a base material da sociedade:

Não é verdade, portanto, que a situação econômica seja a *causa, que só ela seja ativa* e tudo o mais passivo. Pelo contrário, existe um jogo de ações e reações sobre a base da necessidade econômica, que acaba sempre por se impor em *última instância*. O Estado, por exemplo, exerce uma influência através do protecionismo, da liberdade de comércio, de um bom ou mau sistema fiscal; (...) Não se trata, portanto, como alguns imaginam por comodidade, de que a situação econômica produz um efeito automático. Ao contrário, os homens fazem eles mesmos sua história, mas em um meio determinado que a condiciona sobre a base de condições reais anteriores já existentes, entre as quais as relações econômicas que, por muito que possam ser influenciadas pelas relações políticas e ideológicas, continuam sendo, em última instância, as relações determinantes, constituindo o fio condutor que as une e que é o único que nos conduz à compreensão das coisas.⁶³

Não há, portanto, qualquer resquício de mecanicismo ou economicismo na concepção materialista da história. Os pensadores burgueses posteriores a Marx e Engels procuraram de todas as formas possíveis atacar os fundamentos do Materialismo Histórico, não só falseando o seu conteúdo,

⁶² Idem, pp. 45-46.

⁶³ Idem, p. 46-47.

como atribuindo aos fundadores do marxismo coisas que nunca disseram. Mesmo entre seguidores de Marx e Engels, houve quem deformasse as suas concepções ou procurasse revisá-las, produzindo teorias ecléticas, misturando-as a teorias de outros autores, contrapostas ao Materialismo Histórico. Muitos teóricos, burgueses ou oriundos das fileiras do marxismo, tentaram reabilitar antigas concepções idealistas, com novas terminologias para atacar o socialismo científico ou para, supostamente, completá-lo/atualizá-lo.

No fundamental, a tese da determinação da superestrutura e das formas de consciência social pela base material da sociedade – produção e reprodução da vida social – permanece atual e instigante e serve como guia de estudo, como fio condutor das investigações e análises dos mais variados aspectos da vida social. Mas, como afirmam Marx e Engels, o método do Materialismo Histórico não pode servir como alegação para justificar o improvisado e as elaborações apressadas. É preciso ir a fundo na história social.

2.5. As formações sociais são transitórias: a transformação dos modos de produção

O Materialismo Histórico mostra não só que os indivíduos construíram ao longo da história diversas e complexas formações sociais. Mostra também que nenhuma das formações da história da humanidade permaneceu para sempre imutável. Foram todas transitórias e, assim como surgiram, entraram em decadência e foram varridas por transformações profundas na estrutura econômica e nas relações sociais. Movidas por contradições internas, foram substituídas por outras formações sociais.

Essa concepção de história e de sociedade é completamente oposta à tentativa dos teóricos da classe dominante de transformar as suas ideias e as condições sociais, econômicas e políticas de dominação em condições universais, imutáveis, insuperáveis.

Para tanto, as classes dominantes têm os recursos materiais disponíveis (jornais, revistas, meios de comunicação em geral) para difundirem essas ideias. Como Marx e Engels afirmam em *A ideologia Alemã*, as ideias “da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a

classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual*".⁶⁴

Por disporem das condições materiais (os meios de produção), a classe dominante faz prevalecer, nas sociedades de classes, as suas ideias como se elas fossem representativas dos interesses de todas as classes sociais existentes. Nas palavras de Marx e Engels: "a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas".⁶⁵ Quando essa sociedade se encontra em processo de ascensão, quando suas relações sociais de produção (que se expressam nas relações de propriedade) possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas sociais, essa suposta universalidade acaba ganhando espaço e adeptos.

Entretanto, no processo de decadência dessas formações, quando as forças produtivas desenvolvidas no seio dessa sociedade se chocam cada vez mais com os limites das relações de produção e as formas de propriedades – que se tornam um sério obstáculo ao desenvolvimento da sociedade e da humanidade -, e a própria sociedade é questionada em seus fundamentos, as ideias dominantes mostram todo o seu caráter de classe e procuram, de todas as formas, legitimar a dominação e a exploração.

Isso aconteceu claramente com a Economia Política burguesa. Em suas origens e desenvolvimento, particularmente no final do século XVIII, com Adam Smith, e início do XIX, com David Ricardo, apesar de suas origens de classe burguesa, a Economia Política tratou de formular uma explicação mais próxima da realidade nascente sobre a conformação da nova forma de riqueza social: o capital. Evidentemente, com as devidas limitações do seu tempo histórico.

Entretanto, à medida que a burguesia toma o poder político, por meio de suas revoluções, constrói o seu próprio Estado, consolidando as relações de

⁶⁴ Não à toa, surgem no seio da classe dominante - ou são cooptados no seio de outras classes – indivíduos não só identificados com as relações sociais, econômicas e políticas dominante, mas que, por sua condição de representantes ideológicos da classe dominante, "dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época". Por força da divisão social do trabalho, em particular a divisão entre trabalho manual e intelectual, no seio das sociedades divididas em classes sociais, foram se formando os intelectuais da classe dominante, responsáveis pela produção de ideias e a legitimação ideológica da sociedade existente. Como afirmam Marx e Engels: "no seio dessa classe uma parte surge como os pensadores dessa classe (os ativos ideólogos criadores de conceitos da mesma, os quais fazem da elaboração da ilusão dessa classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento)" (Idem, p. 67-68).

⁶⁵ Idem, p. 69.

produção capitalistas, e desenvolve a produção industrial, as contradições da sociedade burguesa se aprofundam, de modo que as classes sociais fundamentais – a burguesia e o proletariado -, entram cada vez mais em choque, ameaçando a ordem estabelecida.

As revoluções de 1848, que findaram com a traição da burguesia e suas alianças com os setores financeiros e reacionários e com um banho de sangue contra os levantes operários, foram o sinal de que a classe dominante necessitava para por definitivamente um freio às suas antigas concepções teóricas, econômicas, sociais e políticas revolucionárias, para lançar-se à legitimação pura e simples do capitalismo e da sua dominação de classe.

A Economia Política burguesa deixa de lado o seu caráter científico e assume, cada vez mais, a função de apologética da sociedade burguesa e da dominação de classe. Marx explica essa transformação do pensamento econômico burguês em *O Capital* (1867):

A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem burguesa a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas.

Vejamos o exemplo da Inglaterra. Sua economia política clássica aparece no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. Ricardo, seu último grande representante, toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar. Ainda no tempo de Ricardo e em oposição a ele, aparece a crítica à economia burguesa, na pessoa de Sismondi. (...)

A burguesia conquistara o poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.⁶⁶

⁶⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, L. 1, v. 1, 2002, pp. 22-23.

Ocorre que uma coisa é a ideologia da classe dominante, que promove a ideia de que a sua formação socioeconômica é insuperável e que as condições de sua dominância são imutáveis. Outra coisa é a realidade mesma. O Materialismo Histórico mostra, pela análise do processo histórico real das formações sociais pré-capitalistas e da própria sociedade burguesa, que nada há de permanente, imutável ou insuperável na história. Assim como as sociedades escravistas e feudais foram varridas da história, por um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, também o capitalismo é uma formação social transitória e será substituída por outra formação social.

Desde *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels apresentaram essa tese e explicaram os fatores que levam um modo de produção a ser substituído por outro. A primeira síntese dos processos históricos de formação e transformação dos modos de produção, tomando por base os conhecimentos historicamente acumulados até meados do século XIX, é formulada da seguinte maneira:

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria, dinheiro) – e, em conexão com isso, é produzida uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, expulsa da sociedade, é forçada ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes; uma classe que constitui a maioria de todos os membros da sociedade e da qual deriva a consciência comunista, a qual, evidentemente, também pode se formar no seio das outras classes por meio da observação da posição desta classe;

Que as condições, no seio das quais podem ser aplicadas determinadas forças de produção, são as condições do domínio de uma determinada classe da sociedade, cujo poder, decorrente da sua propriedade, tem a sua expressão prático-idealista na respectiva forma de Estado, e por isso toda a luta revolucionária se dirige contra uma classe que até então dominou;

Que em todas as revoluções anteriores o modo de atividade permaneceu sempre intocado e foi só uma questão de uma outra distribuição dessa atividade, ao passo que a revolução comunista se dirige contra o *modo* da atividade até os nossos dias, elimina o *trabalho* e supera o domínio de todas as classes suprimindo as próprias classes, porque é realizada pela classe que na sociedade não vale como uma classe; não é reconhecida como uma classe, é a expressão da dissolução

de todas as classes, nacionalidades etc., no seio da sociedade atual; e

Que, tanto para a produção massiva dessa consciência comunista, quanto para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se em um movimento prático, em uma *revolução*; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe *dominante* de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a *derruba* só em uma revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.⁶⁷

Embora a formulação esteja contextualizada na parte do texto que trata precisamente da formação da sociedade capitalista, do avanço das forças produtivas, do choque com as relações sociais de produção, da forma como essas contradições e conflitos se expressam na consciência das classes, enfim, à explicação do processo de transformação da sociedade capitalista por uma revolução socialista, podemos perceber que Marx e Engels ressaltam elementos que possibilitam, na verdade, a compreensão de processos de transformação dos modos de produção e sua substituição por outros.

Marx e Engels retomarão essa análise especialmente quanto ao modo de produção capitalista em outras obras, como *Princípios do Comunismo* (1847, de Engels), *O Manifesto Comunista* (1848, de Marx e Engels), *Para a Crítica da Economia Política* (1859, de Marx) e na obra magna, *O Capital* (1867). Em *Princípios do Comunismo*, Engels destaca o processo dialético entre as forças produtivas e as relações de produção, que condiciona as transformações no modo de produção capitalista e a criação das condições objetivas e subjetivas para a sua substituição pelo socialismo, por meio da luta de classes dos trabalhadores.

O desenvolvimento das forças produtivas numa escala sem precedentes na história e o processo de socialização da produção social - embora a apropriação permaneça privada - criam as condições para a superação da sociedade burguesa e, portanto, do modo de produção capitalista. Engels observa que toda “Transformação da ordem social, toda revolução das relações de propriedade, sempre foi a consequência necessária do nascimento

⁶⁷ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 56.

de novas forças produtivas, que já não correspondiam às velhas relações de propriedade”.⁶⁸

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels retomam essa discussão, analisando o processo de transformações no seio da sociedade feudal que levaram à sua decadência e substituição por um novo modo de produção social, o capitalismo:

os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Em uma certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – a organização feudal de propriedade – deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados.⁶⁹

Referente à sociedade capitalista, os fundadores do marxismo afirmam que a sociedade moderna, a sociedade do capital e da burguesia como classe dominante, desenvolveu de tal modo as forças produtivas sociais, que estas entram cada vez mais em choque com as relações de produção e sua expressão jurídica, as relações de propriedade. Realçam que, na sua primeira fase, as relações de produção capitalistas serviram de alavanca às forças produtivas. Ou seja, os capitalistas não podem continuar existindo e dominando sem “revolucionar os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.⁷⁰

De fato, Engels já haviam comentado sobre os avanços nas forças produtivas que determinaram o fim do sistema feudal e a passagem ao capitalismo. Além de todo o processo de avanço nos conhecimentos científicos do século XVI em diante, nos campos da física, mecânica, entre outras, das grandes navegações, da expansão dos mercados, houve um aumento considerável das forças produtivas:

A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, de Stanhill, junto de

⁶⁸ ENGELS, Friedrich. *Princípios do comunismo*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 87.

⁶⁹ CF. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, pp. 44-45.

⁷⁰ Idem, p. 43.

Blackburn, no Lancashire do Norte. Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário. Dessa forma, tornou-se possível produzir muito mais fio. (...) O movimento da indústria, porém, não se deteve. Alguns capitalistas começaram a instalar *jennys* em grandes prédios e a acioná-las por *força hidráulica*, o que lhe permitiu reduzir o número de operários e vender o fio a preço menor que os fiandeiros idolados, que movimentavam manualmente suas máquinas. (...) O sistema fabril, que já estava assim surgindo, recebeu um novo impulso com a *spinning throstle*, inventada em 1767 por Richard Arkwright, um barbeiro de Preston, no Lancashire do Norte. (...) Associando as características da *jenny* e da *Kenttenstuhl*, Samuel Crompton, de Firwood (Lancashire), criou em 1785 a *mule* e como, no mesmo período, Arkwright inventou as máquinas de *cardar* e *fiar*, o sistema fabril tornou-se o único vigente na fiação do algodão. Gradativamente iniciou-se, com modificações insignificantes, a adaptação dessas máquinas à fiação de lã e, mais tarde, à de linho (...). Mas isso não foi tudo: nos últimos anos do século passado, o doutor Cartwright, um pároco rural, inventou o *tear mecânico* e já em 1804 o aperfeiçoara a ponto de concorrer com sucesso com os tecelões manuais. A importância de todas essas máquinas foi duplicada com a *máquina a vapor* de James Watt, inventada em 1764 e utilizada a partir de 1785, para acionar as máquinas de fiar.⁷¹

A Revolução Industrial criou um conjunto de forças produtivas e uma capacidade de produção que contribuíram definitivamente para varrer as relações de produção feudais e consolidar o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Mas, uma vez incrementadas ao longo do século XIX, as forças produtivas irromperam a camisa de força das relações de produção e desbordam em crises conjunturais. Mas essa contradição tende a desenvolver os elementos de uma crise histórica, estrutural, do capitalismo, até ao ponto em que é preciso um desenlace: o ajuste das forças produtivas altamente desenvolvidas e a produção progressivamente socializada a novas relações de produção. Por isso, avaliam Marx e Engels:

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelham-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a

⁷¹ Cf. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 48-50.

história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas.⁷²

Como dizem os autores, as “armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia”, tendo em vista que as forças produtivas da sociedade burguesa atual

não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.⁷³

Em *Para a Crítica da Economia Política* (1859), Marx expõe o processo de transformação dos modos de produção social de maneira ainda mais completa:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os

⁷² CF. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 45.

⁷³ Idem, *ibidem*.

homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.⁷⁴

E complementa que uma sociedade jamais desaparece,

antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possam conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolveram no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação termina, pois, a pré-história da sociedade humana.⁷⁵

O que Marx afirma é que, ao longo da história da humanidade, os indivíduos, para garantir a sua subsistência, no seio de determinadas relações sociais de produção, têm de desenvolver as suas forças produtivas (a organização do trabalho e os meios de produção). Nas diversas formações sociais, as relações de produção se constituíram inicialmente em uma alavanca para o avanço dessas forças produtivas, ou seja, contribuíram decisivamente para o seu desenvolvimento.

Ocorre que, a partir de certa etapa dessas formações sociais, de formas impulsionadoras das forças produtivas, as relações de produção acabaram por se tornar um obstáculo a esse avanço. O choque histórico entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção – e sua expressão nas relações de propriedade – abriu uma época de grandes conflitos sociais, que se refletem nas formas de consciência sociais de cada época, colocando a necessidade de um desenlace histórico, isto é, as relações de

⁷⁴ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 45-46.

⁷⁵ Idem, p. 451.

produção devem ser substituídas por outras, capazes de impulsionar novamente o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Até capitalismo, o desenlace desses conflitos na história das formações sociais levou à conformação de sociedades divididas em classes sociais antagônicas e na constituição da propriedade privada, base da dominação de classe sobre os produtores. Sob a base da propriedade privada e da exploração da força de trabalho dos produtores pelas classes dominantes, foram constituídas várias formações sociais. Marx, em *Para a Crítica da Economia Política* cita os modos de produção asiático, antigo, feudal, nas quais se desenvolveram as forças produtivas, mas não no nível que possibilitassem a reconstrução da economia e da sociedade sob bases socialistas.

Apenas no âmbito da sociedade burguesa, com o amplo desenvolvimento das forças produtivas numa escala jamais vista na história da humanidade, por meio da grande indústria, dos meios de comunicação, da técnica moderna, do processo de socialização do trabalho – ainda que a apropriação seja privada -, criam-se as condições objetivas para a reconstrução da sociedade sob bases socialistas, portanto, para a socialização da produção e a apropriação social, coletiva, dos produtos do trabalho humano.

Engels explicou essa questão em seus *Princípios do Comunismo*, ao observar que toda

É evidente que, até o presente, as forças produtivas ainda não estavam desenvolvidas para produzir o suficiente para todos e a propriedade privada ainda não era um entrave, um obstáculo a essas forças produtivas. Mas hoje, quando, graças ao desenvolvimento da grande indústria, em *primeiro lugar*, produziram-se capitais e forças produtivas em proporções jamais conhecidas antes e existem, além disso, os meios para aumentar ao infinito e rapidamente essas forças produtivas; quando, em *segundo lugar*, tais forças produtivas estão concentradas nas mãos de um reduzido número de burgueses, enquanto a grande massa do povo se proletariza cada vez mais e sua situação torna-se cada vez mais miserável e insustentável, na mesma proporção em que aumentam as riquezas dos burgueses; quando, em *terceiro lugar*, essas forças produtivas, poderosas e fáceis de serem incrementadas, ultrapassam a tal ponto os marcos da propriedade privada e do burguês que provocam a todo instante as mais violentas perturbações da ordem social – hoje, então, a abolição da

propriedade privada tornou-se não só possível, como também absolutamente necessária.⁷⁶

Como arremata Marx, em *O Capital* (1867), tal como ocorreu com as demais formações sociais ao longo da história, no âmbito do capitalismo em decadência, “Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados”.⁷⁷

Mas, qual o sentido dado pelos fundadores do marxismo ao processo histórico de transformação dos modos de produção e sua substituição por outros? É possível que essa transformação se dê mecanicamente, automaticamente, sem comoções sociais? O que os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade sobre os modos de produção pré-capitalistas demonstram quanto a isso? Eis algumas questões que se colocam ao Materialismo Histórico.

2.6. A luta de classes como motor da história

A teoria da luta de classes é parte da concepção materialista da história e, como tal, é um guia muito importante para a compreensão das formações sociais ao longo da história. É verdade que Marx e Engels não descobriram as classes sociais e a luta de classes. Foram os historiadores burgueses ingleses e franceses que, analisando as revoluções democrático-burguesas na Inglaterra e França, dos séculos XVII e XVIII, demonstraram que esses grandes acontecimentos eram resultados da intervenção das classes sociais, com interesses diferentes e contrapostos, e da luta de classes. Os economistas burgueses também procuraram analisar o papel social de cada classe na divisão da riqueza produzida no capitalismo (lucro, salários, juros, renda da terra).

Apoiando-se nas análises de economistas e historiadores burgueses, Marx demonstrou não só os processos que levaram à decadência das sociedades comunistas primitivas e à formação das sociedades de classes, como mostrou que a existência de classes sociais está condicionada a determinadas épocas histórico-sociais, sendo que, no capitalismo, o

⁷⁶ ENGELS, Friedrich. *Princípios do comunismo*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 87-88.

⁷⁷ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, L. 1, v. I, 2002, p. 877.

desenvolvimento da luta de classes, em meio às condições objetivas, coloca a necessidade da luta pelo domínio de classe do proletariado, isto é, pelo socialismo.

Marx chegou a dizer numa carta a Weidemeyer, datada de 5 de março de 1852, o seguinte:

No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi demonstrar: 1 - que a existência das classes está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2 – que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3 – que essa mesma ditadura constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma sociedade *sem classes*. A formação de uma sociedade sem classes.⁷⁸

Desde que as sociedades comunistas antigas – ou sociedades originárias – desapareceram, por força do desenvolvimento das forças produtivas, como a descoberta da agricultura, a criação de animais e a crescente divisão do trabalho, forçando a dissolução da constituição gentílica e abrindo as condições para o aparecimento da sociedade patriarcal escravista, a nova sociedade, fundada na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada dos produtos do trabalho dos produtores diretos explorados pela classe dominante escravista, dividiu-se em classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis.

Toda a história da humanidade, a partir de então, tem sido a história da luta de classes. Desde os escritos dos anos 1840, Marx e Engels fazem frequentemente menção às classes sociais, em particular à burguesia e ao proletariado. Em seu ensaio sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, Engels estuda minuciosamente a formação da sociedade capitalista, a constituição das classes sociais modernas, os conflitos de interesses entre elas, a sua ligação com as relações de produção e troca, além do processo pelo qual a classe trabalhadora, em especial, toma consciência

⁷⁸ Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 25.

das contradições da sociedade capitalista, organiza-se em sindicatos, movimentos e partidos, e elabora a sua perspectiva socialista.⁷⁹

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels, com base nos conhecimentos históricos dessa época, expõem as principais formações econômico-sociais da história e as classes sociais correspondentes. Mas é em *O Manifesto do Partido Comunista* que a teoria da luta de classes é exposta de maneira mais contundente:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.⁸⁰

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido em uma guerra ininterrupta, ora franca, ora dissimulada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estrutura da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares.⁸¹

O capitalismo, que nasceu das contradições criadas no seio da sociedade feudal e sua decadência, é uma sociedade de classes, fundada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado, a partir do qual a burguesia extrai a mais-valia. Portanto, não extingue as classes sociais, nem a luta entre elas, apenas cria novas classes sociais e novas formas de luta. É precisamente isso que Marx e Engels descrevem na mesma obra:

⁷⁹ Cf. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁸⁰ Em 1888, Engels acrescentou a seguinte nota à edição inglesa de *O Manifesto Comunista*: “Isto é toda história escrita. A pré-História, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen (August von, 1792-1866) descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer (Georg Ludwig von) mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan (Lewis Henry, 1818-81) da verdadeira natureza de gens e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou a dividir-se em classes distintas”. Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 40.

⁸¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 40.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. (...) A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.⁸²

O fundamental é que o Materialismo Histórico assentou em bases histórico-sociais a tese de que o motor da história é a luta de classes. Ou, como afirma Marx em *A luta de classes na França: 1848-1850*, “As revoluções são os motores da história”.⁸³

No Prefácio à edição alemã de 1883 de *O Manifesto Comunista*, Engels esclarece a tese fundamental do Materialismo Histórico:

em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes – este pensamento pertence única e exclusivamente a Marx.⁸⁴

O Materialismo Histórico demonstra que a destruição de um determinado modo de produção e a sua substituição por outro não pode se dar sem grandes conflitos sociais. É verdade também que nem sempre o choque entre as forças produtivas e as velhas relações de produção, que se reflete nas formas de consciência social, por meio das quais os indivíduos tomam conhecimento do conflito e tentam resolvê-lo, buscando um desenlace histórico, deve levar à transformação revolucionária da sociedade e a sua reconstrução de maneira progressiva.

É o que demonstram Marx e Engels ao ressaltar a possibilidade desses conflitos terminarem não pela transformação revolucionária da sociedade, mas

⁸² Idem, p. 39.

⁸³ Cf. MARX, Karl. *A luta de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Centelha, 1975, p. 178.

⁸⁴ Idem, p. 71-72.

pela “destruição das duas classes em conflitos”. É o que no século XX se expressou na consigna “socialismo ou barbárie”. Pode ocorrer que a classe social mais avançada da sociedade não seja capaz de abrir uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social por meios revolucionários e, ao contrário, as classes sociais antagônicas em choque se degenerem mutuamente.

Toda a produção teórico-política posterior a *O Manifesto do Partido Comunista* procura compreender as classes sociais a partir do papel que cumprem nas relações de produção, troca e distribuição da riqueza social produzida, as perspectivas teórico-políticas e as formas de organização, as intervenções dessas classes nos processos revolucionários (jornadas de 1848, Comuna de Paris, de 1871 etc.), as lutas dos trabalhadores por suas reivindicações e por transformações sociais, políticas e econômicas, a formação dos partidos operários, a construção da Primeira Internacional, enfim, as expressões da luta de classes.

Em obras fundamentais como *A luta de classes na França: 1848-1850* (de Marx), *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (de Engels), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852, de Marx) e *A guerra civil na França* (1871, de Marx), entre outras, os fundadores do marxismo analisam eventos históricos concretos da luta de classes do proletariado, os seus interesses imediatos e históricos diante da classe dominante, as suas formas de organizações políticas (partidos, sindicatos, a Internacional) e os choques com os governos – nos seus mais variados regimes políticos, do bonapartismo às repúblicas democráticas - a frente do Estado burguês.⁸⁵

Não é o caso de avançarmos agora nessas análises, que conformam a teoria da luta de classes, da tática e da estratégia do proletariado revolucionário. Serão desenvolvidos posteriormente, quando tratarmos dos temas da luta de classes, do Estado, da organização política dos trabalhadores e do socialismo.

⁸⁵ Cf. especialmente, MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010; *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2010; MARX, Karl. *A luta de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Centelha, 1975; *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011; ENGELS, Friedrich. .

2.7. A literatura sobre o Materialismo Histórico e dialético após Marx e Engels

Os marxistas posteriores a Marx e Engels procuraram não só expor os fundamentos da concepção materialista da história como aplicar o método da dialética materialista ao estudo dos mais variados fenômenos da história e da sociedade, como o direito, a arte, a política, a filosofia, a ciência, a religião, educação, entre outros. Para tanto, tiveram de se colocar sempre a altura dos avanços científicos de cada época e da discussão filosófica em torno desses resultados. Citaremos apenas as obras relacionadas com a temática em foco, qual seja, o Materialismo Histórico e a dialética materialista, de modo que não citaremos obras sobre a sociedade capitalista e sobre os eventos políticos.

Na primeira geração, após a morte dos fundadores do marxismo, destaca-se principalmente Guiorgui Plekhanov, que escreveu obras fundamentais para a compreensão do Materialismo Histórico, como *A concepção materialista da história*, *O desenvolvimento da concepção monista da história*, *O papel do indivíduo na história*, *A arte e a vida social*, *Os princípios fundamentais do marxismo*. Plekhanov procurou também analisar diversos fenômenos da vida social e o desenvolvimento do conhecimento a partir do Materialismo Histórico. Suas obras formaram teórica e politicamente as gerações posteriores, em particular na Rússia da primeira metade do século XX.⁸⁶

No período da Segunda Internacional, destacam-se inicialmente as obras de Karl Kautsky, pensador marxista, dirigente do Partido Socialdemocrata Alemão, que estudou inúmeras questões da história e da sociedade a partir do método da dialética materialista. Entre as suas obras mais importantes, podemos citar *A origem do cristianismo* e *A concepção materialista da história*. Também se destacou nesse período outro dirigente do Partido Socialdemocrata Alemão, Franz Mehring, que escreveu uma biografia sobre Karl Marx, expondo o seu pensamento, além da obra *Sobre o materialismo histórico*. São fundamentais ainda nesse período as obras da revolucionária polonesa Rosa Luxemburgo, entre as quais, *Introdução à Economia Política*,

⁸⁶ Cf. PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

que faz uma análise muito importante das sociedades pré-capitalistas à luz do materialismo histórico, além de textos como *O Socialismo e as Igrejas*.⁸⁷

Nos últimos anos da Segunda Internacional e primeiros da Terceira Internacional, destacaram, sobretudo, as obras de V. I. Lênin, Leon Trotsky, Nicolai Bukharin e David Riazanov, que deram grandes contribuições ao debate sobre a dialética materialista e ao Materialismo Histórico. De Lênin, podemos citar *Materialismo e Empiriocriticismo, Cadernos Filosóficos*, além da síntese do pensamento de Marx e Engels presente em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*.⁸⁸ De Trotsky, podemos realçar as seguintes obras: *Em defesa do marxismo, O ABC do materialismo dialético, O marxismo de nossa época, Noventa anos do Manifesto Comunista, Questões do modo de vida*, e os textos sobre filosofia e ciência publicados sob o título *Trotski e Darwin. Escritos de Trotski sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. De Bukharin, podemos citar *A Teoria do Materialismo Histórico e O Marxismo e o Pensamento Moderno*. De Riazanov, é preciso destacar *Marx e Engels e a história do movimento operário*.⁸⁹

Outros autores da maior relevância para o estudo da dialética materialista e para o Materialismo Histórico foram Antônio Gramsci, Georg Lukács e Karl Korsch. De Gramsci podemos mencionar obras como *Concepção dialética da história*; de Lukács, destacam-se *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos, A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel, Os princípios ontológicos fundamentais de Marx, Ensaio sobre Literatura, Introdução a uma estética marxista, Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social, História e*

⁸⁷ KAUTSKY, Karl. *A origem do cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; MEHRING, Franz. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977; *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Boitempo, 2013; LUXEMBURGO, Rosa. *A sociedade comunista primitiva e sua dissolução*. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

⁸⁸ Cf. LÊNIN, V.I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979; *Cadernos Filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018; *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982; *Sobre o significado do materialismo militante*. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011.

⁸⁹ TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011; *O ABC do materialismo dialético*. In: *Política*. São Paulo: Ática, 1981; *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; *O marxismo de nossa época*. In: TROTSKY, Leon. *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008; *Questões do modo de vida*. São Paulo: Sundermann, 2009; *Trotski e Darwin. Escritos de Trotski sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. Brasília: Editora Kiron, 2012; BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de Materialismo Histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d; RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984.

Consciência de Classe: estudos de dialética marxista, Para uma ontologia do ser social. De Korch, podemos citar *Marxismo e Filosofia*.⁹⁰

Além desses autores clássicos do marxismo, podemos citar outros que contribuíram com suas obras e textos para o debate sobre a dialética materialista e o Materialismo Histórico, tais como Ernest Mandel e suas obras *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*, *O lugar do marxismo na história*, *Introdução ao marxismo*; August Thalheimer e sua *Introdução ao materialismo dialético*; Louis Althusser e sua *Análise crítica da teoria marxista*; Karel Kosik e sua *Dialética do Concreto*; Henri Lefebvre e sua *Lógica Formal/Lógica Dialética e Para compreender o pensamento de Karl Marx*; Gyorgy Márkus e suas obras *Teoria do conhecimento no jovem Marx* e *Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx*; István Mészáros em, entre outras, *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaio de negação e afirmação* e *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*; George Novack e os títulos *As origens do materialismo*, *Introdução à Lógica Marxista* e *O desenvolvimento desigual e combinado na História*; Georges Politzer e seu *Princípios elementares de filosofia*; Evelyn Reed e seu livro *Sexo contra sexo ou classe contra classe*.⁹¹

⁹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; LUKÁCS, Georg. *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010; *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974; *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012; KORCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

⁹¹ MANDEL, Mandel. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968; *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001; *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934; ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967; KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969; LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981; MÁRKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; *Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2015; MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaio de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008; *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009; NOVACK, George. *As origens do materialismo*. São Paulo: Sundermann, 2015; *Introdução à Lógica Marxista*. São Paulo: Sundermann, 2005; *O desenvolvimento desigual e combinado na História*. São Paulo: Sundemann, 2008; POLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo: Centauro, 2007; REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.

Há outras obras que podem ser igualmente consultadas sobre o pensamento de Marx e Engels, em particular quanto à dialética materialista e ao Materialismo Histórico. Também houve todo um esforço dos marxistas no século XX – e, certamente, continuará no século XXI – de estudar a fundo os diversos elementos da superestrutura jurídico-política (Estado, Direto, instituições, partidos etc.) e as formas de consciência sociais (filosofia, ciência, arte, direito, religião, entre outras).⁹²

O fundamental é que a concepção materialista da história é um guia para o estudo dos problemas fundamentais da história e da sociedade humana, um método para avançarmos no desenvolvimento da teoria no século XXI.

⁹² Cf. LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012; *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994; *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1993; WOODS, Alan e GRANT, Ted. *Razão e Revolução*. São Paulo: Luta de Classes, 2007; WOOD, Ellen Meiksins (org.). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; SHANIN, Teodor. *Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2017; COHEN, Gerald A. *A teoria da história de Karl Marx*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013; WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981; HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004; CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982; KOPNIN, Pável Vassilievith. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

3. Conclusões

No presente texto procuramos sintetizar a teoria e o método do Materialismo Histórico, elaborado por Marx e Engels, que teve a sua primeira síntese geral nos manuscritos de *A Ideologia Alemã* (1845-1846), cujos manuscritos não chegaram a ser publicadas em vida pelos fundadores do marxismo, vindo a lume somente no século XX, na ex-União Soviética.

Como vimos, os primeiros embriões dessa nova concepção de história e de sociedade se forjaram do final de 1843 a 1845, sendo, por fim, exposto de maneira ampla e sistemática em *A Ideologia Alemã* e desenvolvida em obras posteriores de Marx, como a *A Miséria da Filosofia* (1847) e, em sua forma político-programática, em *O Manifesto do Partido Comunista* (1848).

Nas obras seguintes, Marx e Engels aperfeiçoaram a nova concepção e aplicaram o método da dialética materialista ao estudo de numerosos temas e problemas da história e da vida social. Nas suas obras sobre Economia Política e, particularmente, em *O Capital*, Marx aplica o método do materialismo dialético à análise das condições que originaram o modo de produção capitalista, além do seu desenvolvimento, dinâmica, contradições e condições objetivas e subjetivas de sua superação.

O Materialismo Histórico se tornou um guia de estudo da realidade social não só para os fundadores do marxismo, como também para seus continuadores, ao longo do século XX. Essa concepção de sociedade e de história representa uma ruptura com relação às concepções idealistas e mecanicistas anteriores, estabelecendo um novo método de análise da realidade, com implicações políticas marcantes na luta de classes.

Ao contrário das concepções que defendem a determinação de ideias autônomas e independentes sobre a vida social, seja sob a forma de uma “essência humana abstrata”, “das opiniões e preconceitos de uma época” ou de um “espírito absoluto”, que se manifestaria na história humana, o fato é que a concepção materialista da história demonstra que as raízes das ideias, do conhecimento, da consciência e do que chamam de espírito, encontram-se na vida social, no desenvolvimento histórico real, nas atividades dos homens concretos, como vivem e produzem as condições de sua vida social.

Para o Materialismo Histórico, a produção e a reprodução da vida material dos homens é a base, o fundamento, o cimento de toda a estrutura social, e, como tal, da superestrutura jurídico-política e das formas de consciência sociais. Por isso, para compreender as instituições políticas e as ideias de uma época, é preciso ir fundo na análise desses processos materiais da vida social e econômica. Mas, o Materialismo Histórico também demonstra o caráter ativo das ideias, que reagem, por meio das ações dos indivíduos, na História e, como tal, têm um impacto dialético sobre a vida social e econômica.

Certamente, no século XXI continuará sendo uma ferramenta fundamental para a compreensão das transformações no seio do capitalismo decadente, bem como da realidade econômica, social, política e cultural em movimento. Como sempre advertiram Marx e Engels, a realidade é muito complexa, de modo que há toda uma porta aberta para aqueles que desejam investigá-la para transformá-la.

Porém, é preciso deixar claro que o Materialismo Histórico e a dialética materialista nunca foram um dogma, como alguns tentaram mostrar, para desmoralizar o marxismo e a luta revolucionária da classe trabalhadora. É verdade, também, que, muitas vezes, ocorreram deformações no campo mesmo dos seguidores de Marx e Engels.

No entanto, o marxismo continua plenamente atual. E continuará sendo a teoria do proletariado e da revolução socialista, enquanto o capitalismo estiver vigente e não for superado. Por isso, o Materialismo Histórico deve ser estudado a fundo, juntamente com o acompanhamento dos avanços nas ciências naturais e sociais, como guia para analisarmos a origem, o desenvolvimento, as contradições e as tendências objetivas e subjetivas para a superação do capitalismo, por meio da revolução socialista.

4. Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo: Mandacaru, 1974.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de Materialismo Histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d.
- CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- COHEN, Gerald A. *A teoria da história de Karl Marx*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.
- CORNU, Auguste. *Carlos Marx; Federico Engels: del idealismo al materialismo histórico*. Buenos Aires: Editoriales Platina, 1965.
- DUMÉNIL, Gérard, LÖWY, Michael e RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Lisboa: editorial Presença, 1974.
- _____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. I, 1975.
- _____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. I, 1975.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo: Edições sociais, 1975.
- _____. Esboço de crítica da economia política. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. ENGELS, Friedrich. *Princípios do comunismo*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Prefácio da quarta edição alemã. In: MARX, Karl. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels, Lênin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FEUERBACH, Ludwig. Teses provisórias para a reforma da filosofia. In: *Princípios da filosofia do futuro*. Lisboa: Edições 70.
- _____. *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.

- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GABRIEL, Mary. *Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- HEGEL, G. w. F. *Ciência da Lógica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.
- _____. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KAUTSKY, Karl. *A origem do cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- KOPNIN, Pável Vassilievith. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KORCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LAFARGUE, Paul. Karl Marx: recordações pessoais. In: RIAZANOV, David (org.). *Marx: o homem, o pensador, o revolucionário*. São Paulo: Global editora, 1984.
- LAPINE, Nicolai. *O jovem Marx*. Lisboa: Caminho, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- _____. *Sobre o significado do materialismo militante*. In: LUKÁCS, Gyorgy. *Materialismo e dialética: crise teórica das ciências da natureza*. Brasília: Editora Kiron, 2011.
- _____. *Cadernos Filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A sociedade comunista primitiva e sua dissolução*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
- LIFSCHITZ, Mikhail. *Prólogo*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUKÁCS, Georg. *O Jovem Marx e Outros Textos Filosóficos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- _____. *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- _____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARX, Karl. *Diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Porto: Editorial Presença, 1972.
- _____. *A luta de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Centelha, 1975.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Carta a Annenkov*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- _____. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- _____. *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Glosas Críticas Marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social", de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Escritos sobre la comunidade ancestral*. La Paz: Vicepresidencia de Bolivia, 2015.
- _____. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, L. 1, v. 1, 2002.

- _____. Posfácio da segunda edição. In: MARX, Karl. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. O domínio britânico na Índia. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. 3, s/d.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre el modo de produccion asiático*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1969.
- _____. *Sobre el colonialismo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
- _____. *Cartas sobre las ciencias de la naturaleza e las matemáticas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- _____. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. I, 1975.
- _____. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. *El porvenir de la comuna rural rusa*. México: PYP, 1980.
- _____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MACLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MÁRKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MEGHNAD, Desai. Economia Política. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann, 2013.
- _____. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaio de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos [1881-1883]*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- NAVES, Márcio B. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOVACK, George. *Introdução à Lógica Marxista*. São Paulo: Sundermann, 2005.

- _____. *As origens do materialismo*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo: Centauro, 2007.
- REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- RENAULT, Emmanuel. *Vocabulário de Karl Marx*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RIAZANOV, David. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SHANIN, Teodor. *Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco Pereira. *Marx Atual*. Salvador-BA: Arcádia, 2013.
- _____. *Marx e Engels: Uma introdução*. Salvador-BA: LeMarx, 2017.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SWEEZY, Paul M et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TROTSKY, Leon. *O ABC do materialismo dialético*. In: *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. *Questões do modo de vida*. São Paulo: Sundermann, 2009.
- _____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- _____. *Trotsky e Darwin. Escritos de Trotsky sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo*. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins (org.). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- WOODS, Alan e GRANT, Ted. *Razão e Revolução*. São Paulo: Luta de Classes, 2007.